



UEPB
Universidade
Estadual da Paraíba

CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

ALINE MARIA SILVA DE FIGUEIREDO

Linha de pesquisa: Educação e Cidadania

**A VISÃO DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE A EDUCAÇÃO
AMBIENTAL NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ISAURA
FERNANDES DE SOUZA, NO MUNICÍPIO DE ITAPOROROCA/ PB**

GUARABIRA – PB

2016

ALINE MARIA SILVA DE FIGUEIREDO

**A VISÃO DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE A EDUCAÇÃO
AMBIENTAL NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ISAURA
FERNANDES DE SOUZA, NO MUNICÍPIO DE ITAPOROROCA/ PB**

Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso à Universidade Estadual da Paraíba/Centro de Humanidades, em cumprimento dos requisitos necessários para obtenção do Grau de Licenciatura Plena em Geografia.

Orientadora: Prof^a Esp. Cléoma Maria Toscano Henriques.

GUARABIRA – PB

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

F475v Figueiredo, Aline Maria Silva de
A visão dos alunos do ensino fundamental sobre a educação ambiental na Escola Estadual de Ensino Fundamental Isaura Fernandes de Souza, no município de Itapororoca/ Pb [manuscrito] / Aline Maria Silva de Figueiredo. - 2016.
73 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em GEOGRAFIA) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2016.
"Orientação: Profa. Esp. Cléoma Maria Toscano Henriques, Departamento de Geografia".

1. Educação ambiental. 2. Alunos. 3. Escola. I. Título.
21. ed. CDD 574.526 5

ALINE MARIA SILVA DE FIGUEIREDO

**A VISÃO DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE A EDUCAÇÃO
AMBIENTAL NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ISAURA
FERNANDES DE SOUZA, NO MUNICÍPIO DE ITAPOROROCA/ PB**

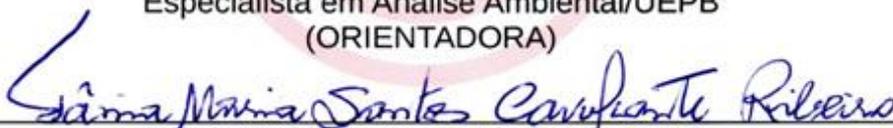
Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso à Universidade Estadual da Paraíba/Centro de Humanidades, em cumprimento dos requisitos necessários para obtenção do Grau de Licenciatura Plena em Geografia.

Aprovada em 30 / 05 / 2016

BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Esp. Cléoma Maria Toscano Henriques - DG/CH/UEPB
Especialista em Análise Ambiental/UEPB
(ORIENTADORA)



Flávia Maria Santos Cavalcante Ribeiro
Especialista em Geografia e Território : Planejamento Urbano, Rural e Ambiental/ UEPB
EXAMINADORA



Michele Kely Moraes Santos
Especialista em Geografia e Meio Ambiente/Universidade Regional do Cariri
EXAMINADORA

GUARABIRA - PB

2016

Dedico este trabalho a Deus que me concedeu a oportunidade de chegar nesta etapa relevante do meu curso. Aos meus familiares e amigos, pelo suporte e apoio durante toda a minha formação acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Ao longo da vida alcançamos nossos objetivos através do incessante empenho e perseverança na realização das atividades. Além do nosso esforço pessoal, contamos também com o apoio de algumas pessoas que com suas experiências trazem grandes contribuições.

Deste modo, venho externar através dessas breves palavras meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que colaboraram na construção deste trabalho acadêmico, no qual resultou em mais uma vitória conquistada em minha vida.

Agradeço primeiramente a DEUS, alfa e ômega, por tudo que ele tem realizado em minha vida, pela minha saúde, pela proteção diária, por iluminar meu caminho e guiar meus passos, permitindo-me vivenciar segundo a tua vontade.

Com muito carinho e gratidão, agradeço aos meus pais, Antônio Caetano de Figueiredo e Maria Ivonete Silva de Figueiredo, meus alicerces e exemplos de vida, pelo amor, dedicação e pelo imensurável incentivo nos meus estudos, no qual viabilizou adentrar no meio acadêmico, e concluir esta graduação.

As minhas irmãs Ana Cláudia Silva de Figueiredo e Alba Lígia Silva de Figueiredo, pelo carinho, amizade, estímulo e apoio incondicional nos momentos em que foi preciso.

A todos os professores de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba que contribuíram para minha formação acadêmica. Em especial, a minha orientadora Cléoma Maria Toscano Henriques, pela presteza, colaboração e compreensão destinada na elaboração deste trabalho.

Aos membros presentes na banca examinadora, que aceitaram participar da minha defesa, e com os seus respectivos apoio crítico fizeram algumas observações e contribuições em torno das ideias contextualizadas.

Aos meus colegas da turma 2008.2 (tarde), notadamente Isabel, Elisabete e Taize, pela convivência dos quatros anos, com parcerias nos trabalhos desenvolvidos, pelas diversões apreciadas nas festividades e aulas de campo, e por dividirem momentos inolvidáveis.

A todos que fazem parte da Escola Estadual de Ensino Fundamental Isaura Fernandes de Souza, especialmente, os professores de geografia que permitiram

aplicar os questionários durante suas aulas e os alunos do ensino fundamental que participaram da pesquisa.

Enfim, sou grata a todas as pessoas que de alguma maneira contribuíram para a realização do presente Trabalho de Conclusão de Curso, que com garra e determinação conseguir atingir a minha meta.

Muito obrigada!

“A educação ambiental, como perspectiva educativa, pode estar presente em todas as disciplinas. Sem impor limites para seus estudantes, tem caráter de educação permanente. Ela, por si só, não resolverá os complexos problemas ambientais planetários, mas pode influir decididamente para isso, ao formar cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres”.

MARCOS REIGOTA

043 – GEOGRAFIA

A VISÃO DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ISAURA FERNANDES DE SOUZA, NO MUNICÍPIO DE ITAPOROROÇA/ PB

LINHA DE PESQUISA: Educação e Cidadania

AUTORA: Aline Maria Silva de Figueiredo

ORIENTADORA: Prof^a Esp. Cléoma Maria Toscano Henriques - DG/ CH/ UEPB

EXAMINADORES: Prof^a Esp. Michele Kely Moraes Santos – CH/ UEPB

Esp. Tânia Maria Santos Cavalcante Ribeiro – CH/ UEPB

RESUMO

No século XX os problemas ambientais tornaram-se alvo de grande preocupação no âmbito nacional e internacional. Com isso, a sociedade percebeu a necessidade de inserir a educação ambiental no mundo, para o desenvolvimento de cidadãos mais conscientes. Atualmente este processo educativo tem sido incentivado, cada vez mais, nos diversos espaços educativos, principalmente nas escolas que representa um local bastante propício para promover a discussão sobre a relação do homem com o meio ambiente. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo analisar a visão dos alunos sobre a educação ambiental na Escola Estadual de Ensino Fundamental Isaura Fernandes de Souza, localizada no município de Itapororoca/PB. Esta abordagem tornou-se necessário para saber se a temática está presente nesta instituição de ensino, segundo a perspectiva dos discentes. A fundamentação teórica foi baseada em estudos realizados por LOUREIRO (2004), SAUVÉ (2005), MELO (2007), ALVES (2007), TOZONI-REIS (2008), MORALES (2009), GÓES (2012), BARBIERI e SILVA (2011), REIGOTA (2012), entre outros autores. Os procedimentos metodológicos adotados para a realização dessa pesquisa consistiram no levantamento bibliográfico, e uma pesquisa de campo onde foram efetuadas entrevistas estruturadas. A investigação trata-se de um estudo exploratório e descritivo, de natureza quanti-qualitativo. Com os resultados obtidos foram feitos a sistematização e análise dos dados, tornando-se possível avaliar o posicionamento dos alunos diante da temática. Conclui-se que a educação ambiental está presente na grade curricular da escola investigada, mas na prática cotidiana dos alunos, professores e funcionários este processo muitas vezes não ocorre efetivamente.

Palavras-chave: Educação ambiental. Alunos. Escola.

043 - GEOGRAPHY

VISION OF THE ELEMENTARY SCHOOL STUDENTS ON ENVIRONMENTAL EDUCATION IN EDUCATIONAL STATE PRIMARY SCHOOL ISAURA FERNANDES DE SOUZA, THE MUNICIPALITY OF ITAPOROROCA / PB

RESEARCH LINE: Education and Citizenship

AUTHOR: Aline Maria Silva de Figueiredo

GUIDANCE: Prof. Esp. Cléoma Maria Toscano Henriques / DG / CH / UEPB

COMMITTEE MEMBERS: Prof^o Esp. Michele Kely Moraes Santos – CH/ UEPB

Esp. Tânia Maria Santos Cavalcante Ribeiro – CH/UEPB

ABSTRACT

In the twentieth century environmental problems have become major concern of target in the national and international levels. With this, the company realized the need to integrate environmental education in the world, to develop more conscious citizens. Currently this educational process has been encouraged, increasingly, in different educational spaces, particularly in schools is a very suitable place to promote discussion about man's relationship with the environment. Thus, this work aims to analyze the views of students on environmental education at the State Elementary School Isaura Fernandes de Souza, in the municipality of Itapororoca / PB. This approach has become necessary to know whether the subject is present in this educational institution, from the perspective of students. The theoretical framework was based on studies by LOUREIRO (2004), SAUVÉ (2005), Melo (2007), Alves (2007), Tozoni-KINGS (2008), MORALES (2009), GÓES (2012), BARBIERI and SILVA (2011), Reigota (2012), among other authors. The methodological procedures adopted for this survey consisted of literature and field research where structured interviews were conducted. Research this is an exploratory and descriptive study of quantitative and qualitative nature. With the results were made systematization and analysis of data, making it possible to evaluate the placement of students on the theme. It is concluded that environmental education is present in the curriculum of the school investigated, but in everyday practice of students, faculty and staff this process often does not occur effectively.

Keywords: Environmental education. Students. School.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Todos devem fazer educação Ambiental	23
FIGURA 2 – Localização do município de Itapororoca, no estado da Paraíba, que se encontra na região Nordeste do Brasil	29
FIGURA 3 – Os municípios limítrofes de Itapororoca – PB	30
FIGURA 4 – Distribuição dos bairros pertencentes à cidade de Itapororoca – PB ...	39

LISTA DE FLUXOGRAMAS

FLUXOGRAMA 1 – As três fases da pesquisa	28
FLUXOGRAMA 2 – Quantidade de alunos matriculados na escola	32
FLUXOGRAMA 3 – O público-alvo da pesquisa	35

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Demonstrativo por gênero dos alunos do ensino fundamental da E. E. E. F. Isaura Fernandes de Souza.....	36
GRÁFICO 2 – Demonstrativo por idade dos alunos do ensino fundamental da E. E. E. F. Isaura Fernandes de Souza.....	36
GRÁFICO 3 – Demonstrativo por zona dos alunos do ensino fundamental da E. E. E. F. Isaura Fernandes de Souza	38
GRÁFICO 4 – Existência da educação ambiental na escola	39
GRÁFICO 5 – O nível de importância atribuída aos conteúdos trabalhados em sala de aula sobre questões ambientais	40
GRÁFICO 6 – Desenvolvimento de atividades relacionadas a educação ambiental	41
GRÁFICO 7 – A maneira como a educação ambiental é geralmente trabalhada em sala de aula	42
GRÁFICO 8 – O problema ambiental mais frequente na escola	43
GRÁFICO 9 – Destino do lixo produzido na escola	44
GRÁFICO 10 – Nível de informação sobre o meio ambiente	45
GRÁFICO 11 – Recursos utilizados para se informar sobre o meio ambiente	45
GRÁFICO 12 – A importância da preservação ambiental	46
GRÁFICO 13 – Atitude mais importante para preservar o meio ambiente	47

GRÁFICO 14 – O lugar mais indicado para praticar a conscientização ambiental ... 48

GRÁFICO 15 – A disciplina mais adequada para estudar a educação ambiental 48

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 – A entrada da escola 31

FOTO 2 – A biblioteca..... 32

FOTO 3 – A sala de informática 32

FOTO 4 – A cantina escolar 33

FOTO 5 – O pátio 33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
Artº	Artigo
CH	Centro de Humanidades
CIENTART	Feira de Ciências e Artes
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
DG	Departamento de Geografia
EA	Educação Ambiental
EJA	Educação de Jovens e Adultos
Esp.	Especialista
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MA	Meio ambiente
MCT	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC	Ministério da Educação
MinC	Ministério da Cultura
MMA	Ministério do Meio Ambiente
Nº	Número
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PB	Paraíba
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais
PMI	Prefeitura Municipal de Itapororoca
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
Profº	Professora
ProNEA	Programa Nacional de Educação Ambiental

PSI	Primeiros Saberes da Infância
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EA).....	16
2.1.1 Abordagens conceituais.....	18
2.1.2 Objetivos da educação ambiental.....	19
2.1.3 Princípios da educação ambiental.....	21
2.2 A PRÁXIS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS DIVERSOS ESPAÇOS.....	22
2.2.1 A educação ambiental: formal e não-formal.....	24
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	26
3.2 ABORDAGEM DO ESTUDO.....	26
3.3 UNIVERSO, AMOSTRA E SUJEITOS DA PESQUISA.....	26
3.4 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS.....	27
3.5 ETAPAS DA PESQUISA.....	27
4 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	29
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAPOROROCA/PB.....	29
4.2 CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DA PESQUISA.....	31
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	35
5.1 ANÁLISE DA IDENTIFICAÇÃO DOS ALUNOS.....	35
5.2 AVALIAÇÃO DA VISÃO DOS ALUNOS SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL ..	39
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	52
ANEXOS	57
ANEXO A – PUBLICAÇÃO DA LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999.....	58
ANEXO B – HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNDO.....	62
ANEXO C – HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL.....	65
APÊNDICE.....	70
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS ALUNOS.....	71

1 INTRODUÇÃO

Após a Segunda Guerra Mundial, a sociedade realizou como maior intensidade os estudos do meio, e constatou a importância de existir uma educação a partir do entorno. Com isso surgiu a educação ambiental, sendo explicitamente mencionada na década de 60, mas a inserção da temática na agenda internacional aconteceu apenas em 1972 a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, também conhecido como Conferência de Estocolmo (BRASIL, 2005b).

Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo precípuo analisar a visão dos alunos do ensino fundamental sobre a educação ambiental na Escola Estadual de Ensino Fundamental Isaura Fernandes de Souza, localizada no município de Itapororoca/ PB. Esta abordagem tornou-se necessário para saber se a temática está presente nesta instituição de ensino, segundo a perspectiva dos discentes.

O corpo desta monografia está estruturado em seis capítulos consecutivos provenientes de pesquisas bibliográficas e visitas a campo, que tiveram a finalidade de obter informações relevantes acerca do objeto de estudo. Deste modo, o trabalho tem início com o primeiro capítulo apresentando o tema, que tem como objeto de estudo, a educação ambiental.

Em seguida, exibe o segundo capítulo trazendo a fundamentação teórica, onde ressaltaram algumas temáticas relacionadas à educação ambiental. Foi utilizado o suporte teórico de alguns autores como LOUREIRO (2004), SAUVÉ (2005), MELO (2007), ALVES (2007), TOZONI-REIS (2008), GÓES (2012), BARBIERI e SILVA (2011), entre outros autores.

No terceiro capítulo descreve os procedimentos metodológicos adotados no desenvolvimento da pesquisa, que foram delineados nas seguintes ramificações: Tipo de pesquisa; Abordagem de estudo; Universo, amostra e sujeitos da pesquisa; Técnicas e instrumentos de coletas de dados, e Etapas da pesquisa.

No quarto capítulo apresenta uma contextualização do município de Itapororoca/PB, dando ênfase a sua localização geográfica, os aspectos populacionais, a origem do nome, o ano de fundação, os municípios limítrofes e a distância da capital Paraibana (João pessoa). Além disso, realizou-se a caracterização do Universo da pesquisa.

No quinto capítulo traz a sistematização dos dados, onde expõe os resultados obtidos na escola por meio da aplicação de questionários estruturados aos alunos do ensino fundamental, mais especificamente com as turmas do 6º, 8º e 9º ano dos turnos da manhã e tarde.

Por último, expõe as considerações finais sobre o estudo realizado, onde percebeu-se que a educação ambiental está presente na grade curricular da escola investigada, mas na prática cotidiana dos alunos, professores e funcionários este processo muitas vezes não ocorre efetivamente.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A presente fundamentação teórica aborda em seu contexto um encadeamento de conceitos firmados por alguns autores sobre a educação ambiental. Deste modo, foram utilizados estudos realizados por LOUREIRO (2004), SAUVÉ (2005), MELO (2007), ALVES (2007), TOZONI-REIS (2008), MORALES (2009), GÓES (2012), BARBIERI e SILVA (2011), REIGOTA (2012), entre outros autores.

2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EA)

Em meados do século XX, muitos problemas ambientais reais e urgentes tornaram-se predominantemente evidentes no mundo inteiro, transcendendo as fronteiras nacionais. Houve um enorme desequilíbrio no meio ambiente provocado pelas crescentes demandas das sociedades de consumo. Deste modo, foi necessário introduzir a educação ambiental, na tentativa de encontrar soluções de maneira global (SÃO PAULO, 1999). Nesse contexto, Alves (2007, p. 22) destaca o seguinte:

Com o desenvolvimento e o crescimento das atividades industriais dos países ricos, a partir dos anos 60, a poluição intensificou-se e começou a causar a destruição dos rios, comprometimento das matas nas grandes Megalópoles, o ar começou a ficar bastante pesado, além do imenso volume de poeira tóxica, sem contar com o uso abusivo e incorreto de fertilizantes e venenos (inseticidas, fungicidas, pesticidas, herbicidas etc.), provocando envenenamento da água, dos solos e a degradação da fauna e da flora, o que resultaria, em pouco espaço de tempo, na extinção de várias espécies. Assim surgiu o movimento universal para preservação do Meio Ambiente (MA), ação que salienta educação ambiental.

Estima-se que a expressão “environmental education” (educação ambiental) surgiu pela primeira vez em 1948, num encontro da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) em Paris (JACOBI, 2005). Mas para outros autores como Morales (2009) os seus primeiros registros apareceram na Conferência de Educação *The Keele Conference on Education and the Countryside*, promovido pela Universidade de Keele, na Grã-Bretanha, no ano de 1965.

Embora a palavra já tenha sido mencionada, os rumos da Educação Ambiental começaram a ser realmente definidos a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio ambiente¹, realizada entre os dias 5 e 16 de junho de 1972 em Estocolmo, capital da Suécia (HENRIQUES et al., 2007).

Desde então “[...] surgiram vários eventos nacionais e internacionais, que se constituíram em importantes espaços de reflexão e construção de diretrizes filosófico-políticas para a educação ambiental” (NASCIMENTO, 2010, p. 105). Com isso, houve muitas contribuições para a sua implantação no mundo, como afirma Medeiros e Sato (2009, p. 13):

Na construção da Educação Ambiental (EA) diversas contribuições podem ser citadas, podendo-se destacar as resoluções e propostas geradas em espaços como a Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano, a Conferência de Estocolmo, em 1972, a Conferência de Belgrado organizada pela UNESCO, em 1975, que também em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), organiza a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, a Conferência de Tbilisi, em 1977, a Agenda 21 e o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, ambas geradas no âmbito da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) ou ECO-92, no Rio de Janeiro, e a Declaração de Tessalônica, apresentada na Grécia em 1997 [...].

No Brasil, as primeiras iniciativas de Políticas Públicas voltadas para a Educação Ambiental surgem entre os anos 80 e 90. Entre elas destacam-se a Constituição da República Federativa de 1988; a criação do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) em 1989; O Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) de 1994, com a participação do MMA-IBAMA, MEC, MCT e MinC²; os Parâmetros Curriculares Nacionais elaborados em 1996 ; e a Lei nº 9.795, que institui a Política Nacional de EA (CARVALHO, 2002).

Desta forma, a construção da Educação ambiental é marcada por diversos momentos históricos e diferentes atores/autores (CRUZ; TROIS, 2012). Neste processo evolutivo foram instituídas algumas concepções da Educação Ambiental, assim como também uma sucessão de objetivos e princípios.

¹ The United Nations Conference on the Human Environment – UNCHE. Tornou-se mais conhecida, em português, como Conferência de Estocolmo.

² MMA (Ministério Do Meio Ambiente) – IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), MEC (Ministério da Educação e Cultura), MCT (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação) e MinC (Ministério da Cultura).

A inserção da Educação ambiental representou uma estratégia para obter cidadãos ambientalmente mais responsáveis e mais conscientes. E até os dias atuais é reconhecida como uma necessidade entre a população mundial, embora os seus princípios, objetivos e estratégias não sejam iguais para todos aqueles que praticam, assinalando, do ponto de vista conceitual, diversas abordagens educativas (TOZONI-REIS, 2008).

2.1.1 Abordagens conceituais

Existem muitas possibilidades de entendimento dos conceitos relacionados à educação ambiental, em consequência das diversas visões de mundo que a constituíram ao longo da história e da multiplicidade de perspectivas pedagógicas intrínsecas à sua prática (LOUREIRO, 2004). “Ou seja, são muitas as educações ambientais existentes, com diferentes referenciais teóricos e políticos, muitos deles antagônicos e mesmos adversários” (REIGOTA, 2012, p. 500).

Na visão de Layrargues (2004, p. 7) o termo “educação ambiental” refere-se a uma expressão formada pela junção de um substantivo e um adjetivo:

Educação Ambiental é um vocábulo composto por um substantivo e um adjetivo, que envolvem, respectivamente, o campo da Educação e o campo Ambiental. Enquanto o substantivo Educação confere a essência do vocábulo “Educação Ambiental”, definindo os próprios fazeres pedagógicos necessários a esta prática educativa, o adjetivo Ambiental anuncia o contexto desta prática educativa, ou seja, o enquadramento motivador da ação pedagógica.

Para Leão e Silva (1999, p.12) “definir Educação Ambiental é falar sobre Educação, dando-lhe uma nova dimensão: a dimensão ambiental, contextualizada e adaptada à realidade interdisciplinar, vinculada aos temas ambientais locais e globais”. Desta forma entende-se que a principal tarefa da Educação ambiental é produzir conhecimentos para o processo de ambientalização em todos os níveis e modalidades da educação, como bem afirma TOZONI-REIS (2008, p. 158-159):

[...] o foco da produção de conhecimentos não são os temas ambientais gerais, mas o processo educativo voltado para a problematização do ambiente, isto é, o foco da produção de conhecimento é a educação para a formação humana que trate os temas ambientais em sua complexidade: conhecimentos sobre os

processos educativos – inclusive na dimensão pedagógica – articulados às ciências ambientais.

Segundo Melo (2007) a educação ambiental trata da transmissão de conhecimentos e informações que contribuam para a formação de cidadãos mais conscientes dos problemas ambientais. Para isto é preciso de mudanças de atitudes e motivação para agir em prol da solução.

De acordo com Góes (2012, p. 6) a educação ambiental “trata-se de um processo de desenvolvimento para disseminação de conhecimentos e saberes sobre o meio ambiente, incorporando propostas para a construção de sociedades sustentáveis” que se proponham a suprir suas necessidades, sem afetar o desenvolvimento das gerações futuras.

Nesta mesma perspectiva Sauvé (2005, p. 317) argumenta que “a educa o ambiental implica uma educa o para a conserva o e para o consumo responsável e para a solidariedade na reparti o equitativa dentro de cada sociedade, entre as sociedades atuais e entre estas e as futuras”.

Desta forma, os recursos naturais precisam ser usufruídos e manejados de maneira adequada, para que haja um equilíbrio no meio ambiente, e não ocorra a escassez dos mesmos nos próximos anos. Assim, a educa o ambiental se constitui como articuladora da rela o homem e natureza, não apenas como fonte de extra o e preserva o, mas a partir de uma rela o de vida consciente (CRUZ; TROIS, 2012).

2.1.2 Objetivos da educa o ambiental

Em 1975, aconteceu na cidade de Belgrado³, o Seminário Internacional sobre Educa o Ambiental, obtendo como resultado um documento muito importante conhecido como Carta de Belgrado, no qual foi definida que a meta da educa o ambiental seria desenvolver indivíduos conscientes e preocupados com o meio ambiente e com os problemas agregados, buscando solucioná-los, para prevenir que apareçam novos problemas. Corroborando com esta meta, nomearam seis objetivos da Educa o Ambiental descritos a seguir:

³ Capital da ex-Iugoslávia e, atualmente, da Sérvia.

Tomada de consciência. Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir maior sensibilidade e consciência do meio ambiente em geral e dos problemas.

Conhecimentos. Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir uma compreensão básica do meio ambiente em sua totalidade, dos problemas associados e da presença e função da humanidade neles, o que necessita uma responsabilidade crítica.

Atitudes. Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir valores sociais e um profundo interesse pelo meio ambiente que os impulse a participar ativamente na sua proteção e melhoria.

Aptidões. Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir as aptidões necessárias para resolver os problemas ambientais.

Capacidade de avaliação. Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a avaliar as medidas e os programas de educação ambiental em função dos fatores ecológicos, políticos, sociais, estéticos e educativos.

Participação. Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a desenvolver seu sentido de responsabilidade e a tomar consciência da urgente necessidade de prestar atenção aos problemas ambientais, para assegurar que sejam adotadas medidas adequadas (UNESCO, 1975).

Em 1999, o Presidente da República do Brasil Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei Federal de nº 9.795, que dispõe sobre a educação ambiental, e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), estabelecendo os seus princípios, objetivos e as áreas de atuação (ANEXO A). Em seu artº 5 são definidos alguns objetivos fundamentais para a Educação ambiental, para serem consolidados no sistema de ensino:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade (BRASIL, 1999).

2.1.3 Princípios da educação ambiental

Segundo Barbieri e Silva (2011) muitas ideias presentes na Carta de Belgrado foram ratificadas em 1977, na Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental realizada em Tbilisi, na Geórgia (ex-União soviética), onde foram formuladas 41 recomendações sobre a EA.

Essa Conferência, cuja organização aconteceu através de uma parceria entre a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)⁴, culminou na chamada Declaração de Tbilisi. Foi a partir deste encontro que designaram as definições, os objetivos, os princípios e estratégias para a Educação Ambiental, que são adotados até os dias atuais em todo o universo (HENRIQUES et al., 2007).

Leão e Falcão (2002) ressaltam que a Conferência de Tbilisi nomeou alguns princípios que a tornou marco conceitual da educação ambiental. Entre eles apontaram a interdisciplinaridade, o estímulo à consciência crítica sobre a realidade, o rumo para solução de problemas concretos, a participação e execução das ações, dos diversos segmentos sociais.

A Lei nº 9.795 de abril de 1999 (PNEA) estabelece em seu artigo 4º que os princípios básicos da educação ambiental são:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

⁴ United Nations Environmental Program, UNEP.

III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;

VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural (BRASIL, 1999).

Deste modo, a educação ambiental propõe uma relação mais harmônica do ser humano com o meio ambiente, incorporando novos paradigmas e novos valores éticos. É por meio uma visão holística e sistêmica, que são adotados posturas de integração e participação da sociedade, onde cada um é incentivado a praticar plenamente sua cidadania, e assim colaborar para um mundo melhor (SÃO PAULO, 1999).

2.2 A PRÁXIS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS DIVERSOS ESPAÇOS

Atualmente o incentivo para a prática de educação ambiental tem sido disseminado entre a população com maior frequência, já que os problemas ambientais se intensificaram, e conseqüentemente desencadearam um quadro de alerta para o futuro do planeta terra e toda a humanidade.

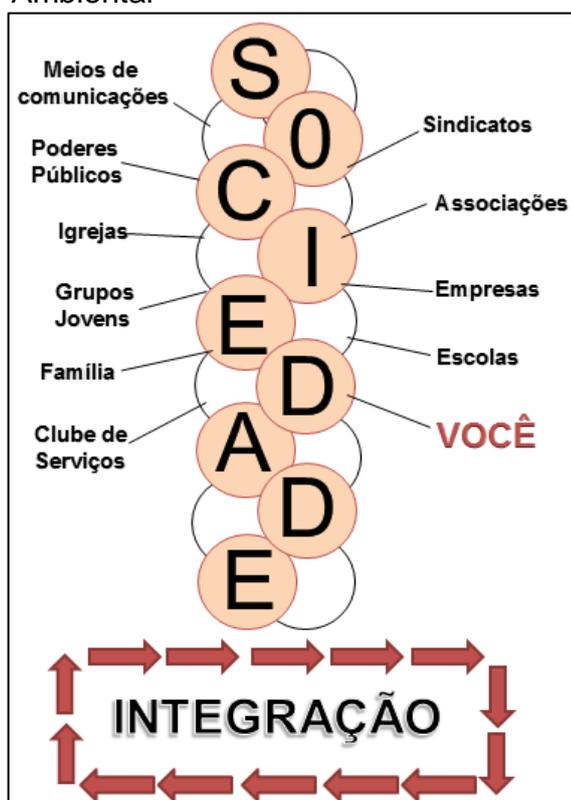
Neste sentido, Reis, Semêdo e Gomes (2012, p. 48-49) enfatizam que:

As práticas educativas voltadas para o ambiente ganharam destaque e têm sido valorizadas ao longo dos últimos 20 anos. É possível notar o crescimento, o dinamismo e a demanda de trabalho nessa área em vários setores. O crescimento acelerado e desordenado das cidades brasileiras gerou uma crescente degradação das condições de vida, o que impõe uma reflexão necessária e o enfrentamento de desafios para mudar as formas de pensar e agir em torno dos problemas emergentes.

De acordo com a Figura 1 percebe-se que a educação ambiental deve estar presente, de maneira integrada, em todos os lugares de convivência, e, especialmente, naqueles que educam os cidadãos. Assim poderá ser realizada em

casa com a família, nas escolas, nos cursos profissionalizantes, nas universidades, em locais de lazer (praia, clubes de serviços, praças, parque, reservas ecológicas) nas igrejas, nos poderes públicos, nos grupos jovens, nos sindicatos, nas associações, nas empresas, nos meios de comunicação (rádio, televisão, revistas, jornais, internet) e em vários outros locais (MELO, 2007).

FIGURA 1 – Todos devem fazer Educação Ambiental



Fonte: LEÃO e SILVA (1999, p. 31)
Adaptado pela autora

Portanto, a prática da educação ambiental não se restringe apenas a escola, uma vez que deve estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (BRASIL, 1999). Mas na visão de Agudo e Tozoni-Reis (2014) a escola é considerada o principal espaço social para conduzir os sujeitos à discussão da relação entre a sociedade e o meio ambiente.

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) a prática escolar se diferencia das outras práticas educativas, por constituir-se uma ação intencional, sistemática, planejada e continuada para crianças e jovens durante um período contínuo e extenso de tempo (BRASIL, 1997). Estes períodos estão diretamente

relacionados ao ensino que normalmente perpassa dos 4 aos 17 anos de idade, de maneira progressiva em suas diferentes etapas.

Em suma, considera-se que “todas as pessoas devem ter oportunidade de acesso às informações que lhes permitam participar ativamente na busca de soluções para os problemas ambientais atuais” (MARCATTO, 2002, p. 16). Logo, o principal público-alvo da educação ambiental é a população de um modo geral, constituinte da educação formal e não-formal (UNESCO, 1975).

Além disso, a Conferência de Tbilisi (1977) define em uma de suas Recomendações, que a educação ambiental deve ser direcionada para todas as faixas etárias e sócio-profissionais da população. Assim, os seus destinatários são detalhados da seguinte forma:

- a) o público em geral, não-especializado, composto de jovens e adultos cujos comportamentos cotidianos exercem uma influência decisiva na preservação e melhoria do meio ambiente;
- b) os grupos sociais específicos cujas atividades profissionais influem na qualidade desse ambiente;
- c) os cientistas e técnicos cujas pesquisas e práticas especializadas constituirão a base de conhecimentos sobre os quais deve fundamentar-se uma educação, uma formação e uma gestão ambiental eficazes (UNESCO; PNUMA, 1977).

2.2.1 A educação ambiental: formal e não-formal

Nesse contexto global, as principais categorias da educação ambiental compõem o setor de educação formal e o setor de educação não-formal, como assegura a UNESCO, na Carta de Belgrado em 1975:

1. O setor da educação formal: alunos de pré-escola, primeiro e segundo graus e universitários, bem como professores e profissionais de treinamento em meio ambiente;
2. O setor da educação não-formal: jovens e adultos, individual e coletivamente, de todos os segmentos da população, tais como famílias, trabalhadores, administradores e todos aqueles que dispõem de poder nas áreas ambientais ou não.

Ao longo dos anos ocorreram algumas reformulações no setor da educação formal. Uma delas está relacionada com a nomenclatura: o antigo primeiro grau passou a ser chamado de ensino fundamental, e o segundo grau alterou-se para ensino médio.

A Lei de nº 9.795, em seu capítulo II, na seção II, define o ensino da educação ambiental formal como sendo aquele instruído no âmbito dos currículos das instituições de ensino, públicas e privadas, englobando: a educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), a educação superior, a educação especial, a educação profissional e a educação de jovens e adultos (BRASIL, 1999)

Nesta mesma Lei, na seção III do capítulo II, enuncia que o ensino não-formal refere-se às ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente (BRASIL, 1999). A lei enfatiza ainda que compete aos poderes públicos, em níveis federal, estadual e municipal incentivar:

I - a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente;

II - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal;

III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não-governamentais;

IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;

V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação;

VI - a sensibilização ambiental dos agricultores;

VII - o ecoturismo

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o intuito de alcançar os objetivos almejados neste Trabalho de Conclusão de Curso, adotaram-se alguns procedimentos metodológicos que foram de fundamental importância para o desenvolvimento da pesquisa. Neste sentido, realizou-se a pesquisa bibliográfica com suporte teórico de vários autores e a pesquisa de campo.

3.1 TIPO DE PESQUISA

De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 155) “a pesquisa [...] é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. Deste modo, a investigação trata-se de um estudo exploratório e descritivo, de natureza quanti-qualitativo.

3.2 ABORDAGEM DO ESTUDO

O referido estudo realizado no ano letivo de 2016 corresponde a uma análise acerca da visão dos alunos do ensino fundamental sobre a educação ambiental na Escola Estadual de Ensino Fundamental Isaura Fernandes de Souza, localizada no município Itapororoca/ PB.

3.3 UNIVERSO, AMOSTRA E SUJEITOS DA PESQUISA

O universo da pesquisa foi constituído por 213 alunos do ensino fundamental da referida escola. A amostra foi composta de 124 alunos desse universo, envolvendo seis turmas, dos turnos da manhã e tarde, no qual corresponde 58% da totalidade.

Estas séries foram escolhidas de maneira aleatória. Inicialmente houve uma conversa com o diretor e os professores de geografia da escola para depois aplicar os questionários aos alunos em sala de aula. A faixa etária dos estudantes entrevistados varia de 9 a 19 anos de idade.

3.4 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS

Na pesquisa de campo foram utilizados como instrumentos de coletas de dados, entrevistas estruturadas compostas por 12 questões, sendo 1 dicotômica (perguntas com apenas duas alternativas para a resposta: sim ou não) e 11 de múltiplas escolhas (Apêndice A).

Segundo Gil (2008) a entrevista estruturada, também chamada de questionário ou formulário, desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas com alternativas de resposta previamente estabelecidas, cuja ordem e redação são a mesma para todos os entrevistados.

As entrevistas estruturadas foram realizadas no dia 05 de maio de 2016 com os alunos do ensino fundamental (6º, 8º e 9º ano), no qual teve a finalidade de conhecer suas perspectivas em torno da educação ambiental. Posteriormente ocorreram entrevistas informais com a gestora adjunta e alguns funcionários da escola para reunir o maior número de informações possíveis sobre a escola.

De um modo geral, todos os participantes da pesquisa, isto é, os alunos e funcionários, aceitaram participar da pesquisa sem nenhuma objeção que os impedissem de responder as questões.

3.5 ETAPAS DA PESQUISA

1ª ETAPA: Construção das ideias

- Escolha do tema, que tem como objeto de estudo: a educação ambiental.
- Definição dos objetivos a serem alcançados.
- Triagem dos materiais bibliográficos disponíveis nos livros, revistas, teses, monografias, artigos e dicionários sobre o tema em discussão.
- Delimitação dos procedimentos metodológicos.

2ª ETAPA: Pesquisa de campo

- Definição do local e universo da pesquisa.
- Visita à escola.
- Realização das entrevistas estruturadas com os alunos do ensino fundamental, durante a aula de geografia. As ocasiões aconteceram no momento mais propício, que foram determinados pelos professores.

➤ Entrevistas informais com a gestora adjunta e alguns funcionários para coletar informações sobre a escola.

➤ Registro fotográfico da escola

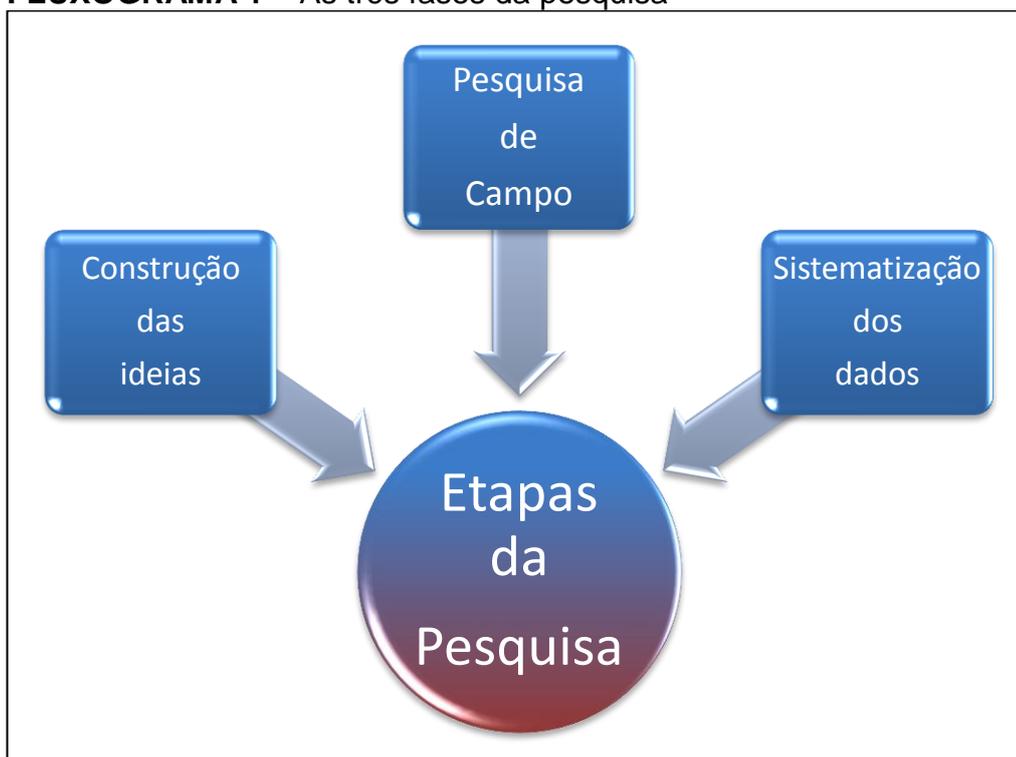
3ª ETAPA: Sistematização dos dados

➤ Análise quati-qualitativo das respostas dos entrevistados.

➤ Elaboração de gráficos para ilustrar os resultados

➤ Conclusões e sugestões

FLUXOGRAMA 1 – As três fases da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora, 2016

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A pesquisa foi desenvolvida na Escola Estadual de Ensino Fundamental Isaura Fernandes de Souza, localizada no município de Itapororoca/PB. Mostra-se a seguir as principais características do município baseadas em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), SANTOS (2011), FLORENTINO (2004) e COELHO (2007), e também a caracterização do universo da pesquisa.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAPOROROCA/PB

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o município de Itapororoca está localizado na Microrregião litoral Norte e na Mesorregião Mata Paraibana do Estado da Paraíba. Sua área é de aproximadamente 146,067 km², sendo ocupada por uma população total de 16.997 habitantes.

FIGURA 2 – Localização do município de Itapororoca no estado da Paraíba, que se encontra na Região Nordeste do Brasil



Fonte: CPRM, 2005
Adaptado pela autora

Inicialmente a região era conhecida como Vila de São João de Mamanguape, e posteriormente foi denominado de Itapororoca, termo derivado do Tupy Guarani

que significa encontro das águas com pedras (ITA= pedra / POROROCA= Encontro das águas. A sua fundação ocorreu no dia 29 de dezembro de 1961 e quem nasce ou mora nesta cidade é chamado de itapororoquense. Os seus principais biomas são o Cerrado e a Mata Atlântica (SANTOS, 2011).

Os seus municípios limítrofes, isto é, que se encontra localizado próximo de Itapororoca são estes: Ao norte, com o município de Curral de Cima, por uma linha seca, partindo do Riacho da nascente até a Foz do Rio Seco; Ao sul, limita-se com os municípios de Cuité de Mamanguape e Capim, da Foz do Rio Quandú e pelo Rio Mamanguape; Ao leste, limita-se com o município de Mamanguape, partindo do Riacho da Nascente até a Foz do Rio Seco; Ao oeste, limita-se com o município de Araçagi, partindo da Foz do Rio Quandú a intercessão da linha seca e o Riacho da nascente (FLORENTINO, 2004).

FIGURA 3 – Os municípios limítrofes de Itapororoca – PB



Fonte: Prefeitura Municipal de Itapororoca – PMI, 2006

A sede do município está localizado aproximadamente 69 quilômetros de distância da capital paraibana (João Pessoa), tendo como municípios polarizadores, além da capital, Mamanguape a 17km e Guarabira a 33km de distância (COELHO, 2007).

4.2 CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DA PESQUISA

A pesquisa de campo foi realizada na Escola Estadual de Ensino Fundamental Isaura Fernandes de Souza (FOTO 1) que fica localizada na zona urbana do município de Itapororoca/PB, mais especificamente na Rua Projetada, s/n, no bairro Epitácio Madruga. Sua fundação ocorreu oficialmente através do decreto Estadual nº 14.065 de abril de 2000, durante a gestão do prefeito Umberto Fernandes de Souza.

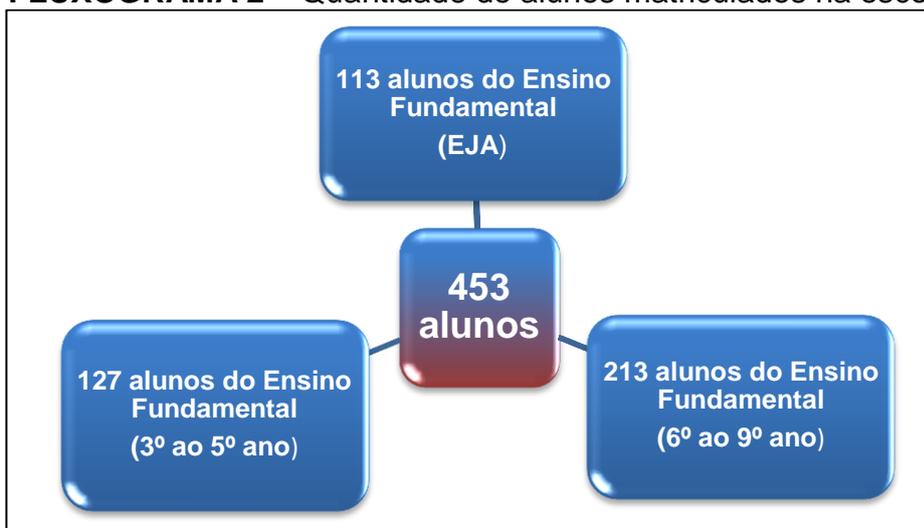
FOTO 1 – A entrada da escola



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2016

O Colégio Isaura disponibiliza o Ensino fundamental (do 3º ao 9º ano), nos turnos da manhã e tarde, e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), no turno da noite. A inserção do ensino médio já foi solicitada, mas até o dado momento não houve a implantação. Porém a previsão é que isto ocorra no próximo ano.

Neste ano de 2016 estão matriculados 453 alunos provenientes da zona rural e urbana do município, que se deslocam de suas residências até a escola através de transportes públicos disponibilizados pela Prefeitura, particulares (ex.: moto) ou simplesmente fazendo uma caminhada.

FLUXOGRAMA 2 – Quantidade de alunos matriculados na escola

Fonte: Elaborado pela autora, 2016

A estrutura física da escola é considerada boa, possui uma ampla extensão territorial, divididos em três blocos, onde estão presentes oito salas de aulas, sala da secretaria, sala da diretoria, sala dos professores, sala de recursos multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado – AEE, Laboratório de Informática, biblioteca, cozinha, cantina, despensa, pátio coberto, banheiros para professores e banheiros para alunos.

Na biblioteca existem alguns livros didáticos, enciclopédias, dicionários, entre outros. Na sala de Informática estão dispostos nove computadores, cada qual em sua mesinha com suas respectivas cadeiras. Ambos os locais são utilizados para pesquisas escolares.

FOTO 2 – A biblioteca

Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2016

FOTO 3 – A sala de informática

Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2016

A cantina disponibiliza para os estudantes a merenda durante os intervalos nos seguintes horários: manhã - 09:00h, tarde - 15:00h e noite - 21:00h. E o pátio é utilizado para os eventos da escola, como por exemplo: comemoração dos dias das mães, o Arraiá do São João, e outros.

FOTO 4 – A cantina escolar



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2016

FOTO 5 – O pátio



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2016

Atualmente a escola apresenta 65 funcionários, sendo eles: um gestor, uma gestora adjunta, duas secretárias, um auxiliar administrativo, dois funcionários da sala de informática e três da biblioteca, três merendeiras, quatro inspetores, um vigilante, oito auxiliares de serviços gerais, três porteiros, entre outros. Dentro dessa totalidade, 28 são professores, no qual três lecionam a disciplina Geografia.

Com relação aos recursos tecnológicos disponíveis, a escola possui um projetor multimídia (data show) e quatro notebooks, que podem ser utilizados pelos professores para a transmissão de filmes, documentários ou aulas interativas; além destes, ainda tem cinco televisores, um retroprojetor, dois aparelhos de som portátil, uma caixa de som, um computador administrativo e três impressoras para realizar impressões ou cópias de documentos, trabalhos, entre outros.

As reuniões pedagógicas da escola acontecem bimestralmente, e são realizadas primeiramente com o conselho de classe, e depois com os pais e mestres, para mostrar a realidade escolar dos alunos. No que se refere à evasão e repetência, a escola apresenta um baixo índice.

O Colégio Isaura Fernandes desenvolve vários projetos educacionais, tais como: o Projeto liga pela Paz, que é voltado para a diminuição da violência tanto na escola quanto na comunidade; o Projeto PSI (Primeiros Saberes da Infância) com

objetivo de alfabetizar os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental; o Projeto Alumbrar, que é um programa de voltado para alunos de 13 a 17 anos que estão em distorção de idade/série nos últimos anos do Ensino Fundamental; e o Programa Nacional de Jovens (ProJovem) urbano, para jovens entre 18 e 29 anos que não concluíram o ensino fundamental.

Além desses projetos, a escola concorre todos os anos ao prêmio “Escola de Valor”, que contemplam a todos os funcionários com o 14º salário, e concorre ao prêmio “Mestres da Educação”, que possibilita os professores também ganharem o 15º salário. Atualmente a Instituição de ensino é tricampeã na “Escola de Valor” no município de Itapororoca/ PB.

A referida escola realiza anualmente a Feira de Ciências e Artes chamada CIENART, com salas temáticas abordando várias questões importantes para a humanidade. A última Feira aconteceu no final do ano passado, e umas das salas apresentou como tema “Cidadania e Meio ambiente”, onde os alunos produziram maquetes com garrafas PET, uma cachoeira e uma árvore feita de papel na parede e vários cartazes envolvendo temas como produtos tóxicos, economia de água e energia, esgoto doméstico, aterro sanitário, tipos de lixo e coleta seletiva.

Este ano houve a semana de combate ao *Aedes Aegypti* na escola, onde ocorreu uma caminhada pelo município com professores, alunos e funcionários, para alertar a população sobre o combate ao mosquito através de cartazes, mapas, e entrega de panfletos. A partir deste evento, os alunos do Projeto Alumbrar perceberam que tinham muitos pneus jogados pela cidade, e com isso surgiu à ideia de trazê-los para a escola, com a finalidade de construir um jardim, representando assim uma prática vinculada a educação ambiental.

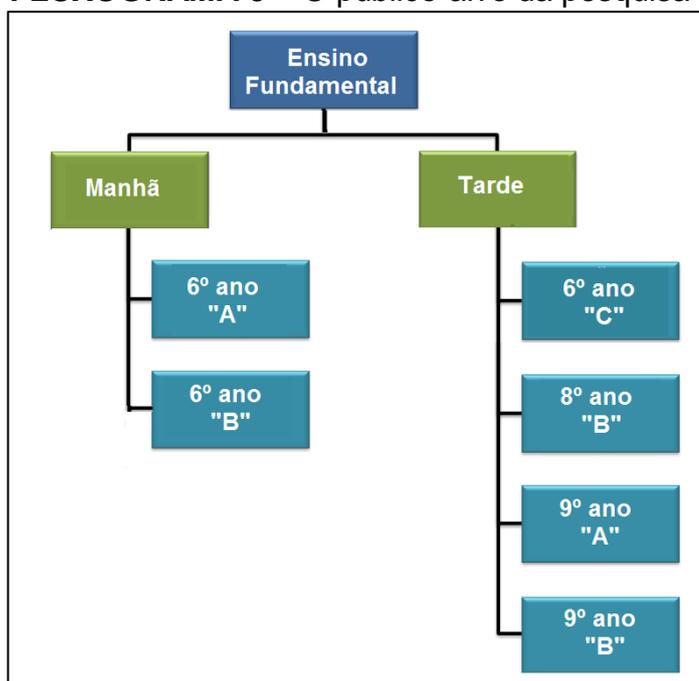
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo serão apresentados os resultados obtidos na pesquisa de campo realizada na E.E.E.F. Isaura Fernandes de Souza, localizada no município de Itapororoca/PB. Foram reunidas todas as opiniões dos participantes das entrevistas para a análise e discussões em torno do objeto de estudo.

5.1 ANÁLISE DA IDENTIFICAÇÃO DOS ALUNOS

A explanação da pesquisa inicia-se com a descrição dos dados de identificação dos estudantes, delineando as séries, turnos, gênero, faixa etária, zona (urbana ou rural) e bairros do público-alvo entrevistado.

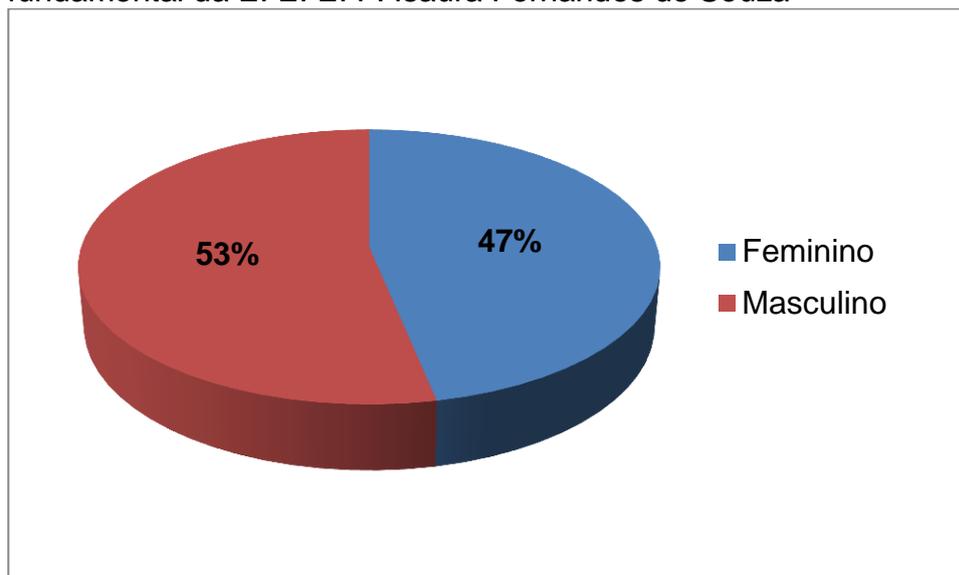
FLUXOGRAMA 3 – O público-alvo da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora, 2016

A pesquisa investigou um total de 124 alunos dos anos finais do ensino fundamental (6º, 8º e 9º ano), referente a seis turmas da escola. De maneira específica, foram coletadas no turno da manhã: 14 amostras do 6º ano “A” e 21 amostras do 6º ano “B”; Já no turno da tarde foram 37 amostras do 6º ano “C”, 20 amostras do 8º ano “B”, 17 amostras do 9º ano “A” e 15 amostras do 9º ano “B” (FLUXOGRAMA 3).

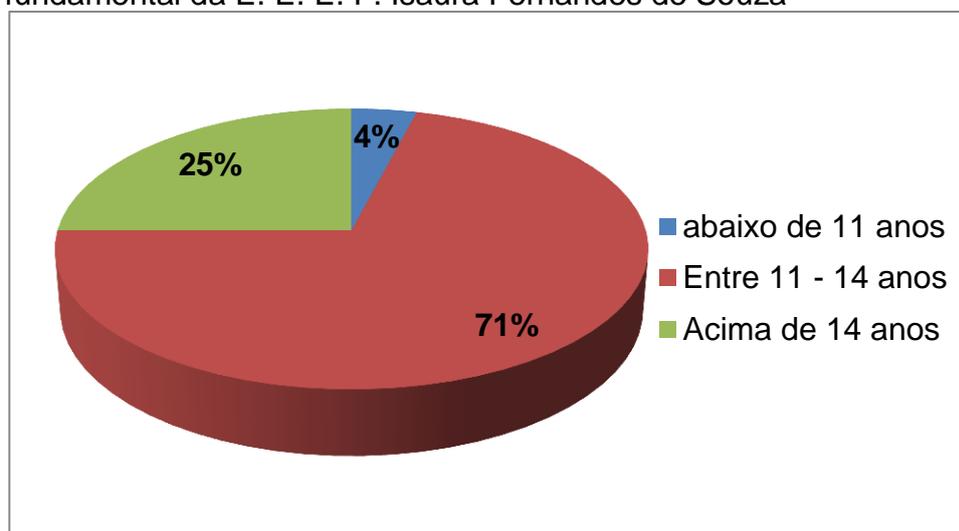
GRÁFICO 1 – Demonstrativo por gênero dos alunos do ensino fundamental da E. E. E. F. Isaura Fernandes de Souza



Fonte: Pesquisa de campo, 2016

No que refere ao gênero, o gráfico 01 mostra que a maioria dos alunos participantes da pesquisa foi do sexo masculino composto por um percentual de 53%, enquanto isso o gênero feminino representou 47%. Este resultado é considerado atípico, pois geralmente há uma predominância de meninas nas escolas e não de meninos. No entanto é possível notar que há quase uma equivalência entre ambas as partes, ou seja, a quantidade entre meninos e meninas apresenta uma pequena diferença.

GRÁFICO 2 – Demonstrativo por idade dos alunos do ensino fundamental da E. E. E. F. Isaura Fernandes de Souza



Fonte: Pesquisa de campo, 2016

Com relação à faixa etária, observa-se no Gráfico 02 que a maior parte dos estudantes é formada por adolescentes com entre 11 e 14 anos de idade, sendo representado por 71%. Com 25% estão os alunos com idade acima de 14 anos e 4% estão aqueles que têm abaixo de 11 anos, totalizando 100% dos alunos entrevistados.

Segundo a Resolução nº 3, de 3 de agosto de 2005, do Conselho Nacional de Educação (CNE) o ensino fundamental é composto por 9 (nove) anos, e a idade dos estudantes variam de 6 a 14 anos, sendo dividido da seguinte forma: 1º ao 5º ano (anos iniciais) para alunos de 6 a 10 anos de idade, e 6º ao 9º ano (anos finais) para alunos de 11 a 14 anos (BRASIL, 2005a).

Desta forma, verifica-se que a maioria dos alunos entrevistados na pesquisa está dentro da faixa etária ideal para sua série, e ainda assim tem aqueles que se encontram adiantados. Porém um número considerável está fora da faixa etária adequada para os anos finais do ensino fundamental. Segundo Fritsch, Vitelli e Rocha (2014, p. 221) “o ingresso tardio e/ou a repetência são os fatores geradores e muitas são as decorrências pela condição de os alunos estarem em sala de aula acima da idade dos demais”.

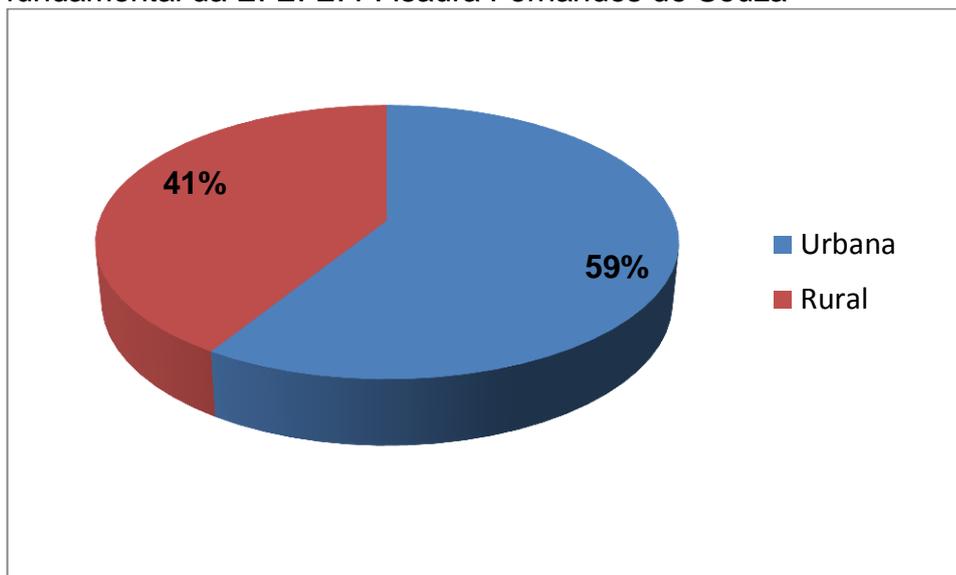
É possível notar diante da pesquisa, que à medida que o nível de ensino foi aumentando, o índice de defasagem idade-série cresceu. Desta forma, constata-se que alguns alunos irão concluir o ensino fundamental com uma idade em que já poderiam estar estudando ou até mesmo ter finalizado o ensino médio.

Mas a Lei nº 13.005, de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE)⁵ e dá outras providências, define que uma das metas para os anos 2014 a 2024 é justamente:

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE (BRASIL, 2014).

⁵ O PNE é uma lei válida por 10 anos que apresentam diretrizes, metas e estratégias para o ensino brasileiro, nos seus diferentes níveis, etapas e modalidades. Atualmente está em vigor o Plano Nacional de Educação 2014-2024, que foi sancionado a partir da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, em cumprimento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (art. 214).

GRÁFICO 3 – Demonstrativo por zona dos alunos do ensino fundamental da E. E. E. F. Isaura Fernandes de Souza



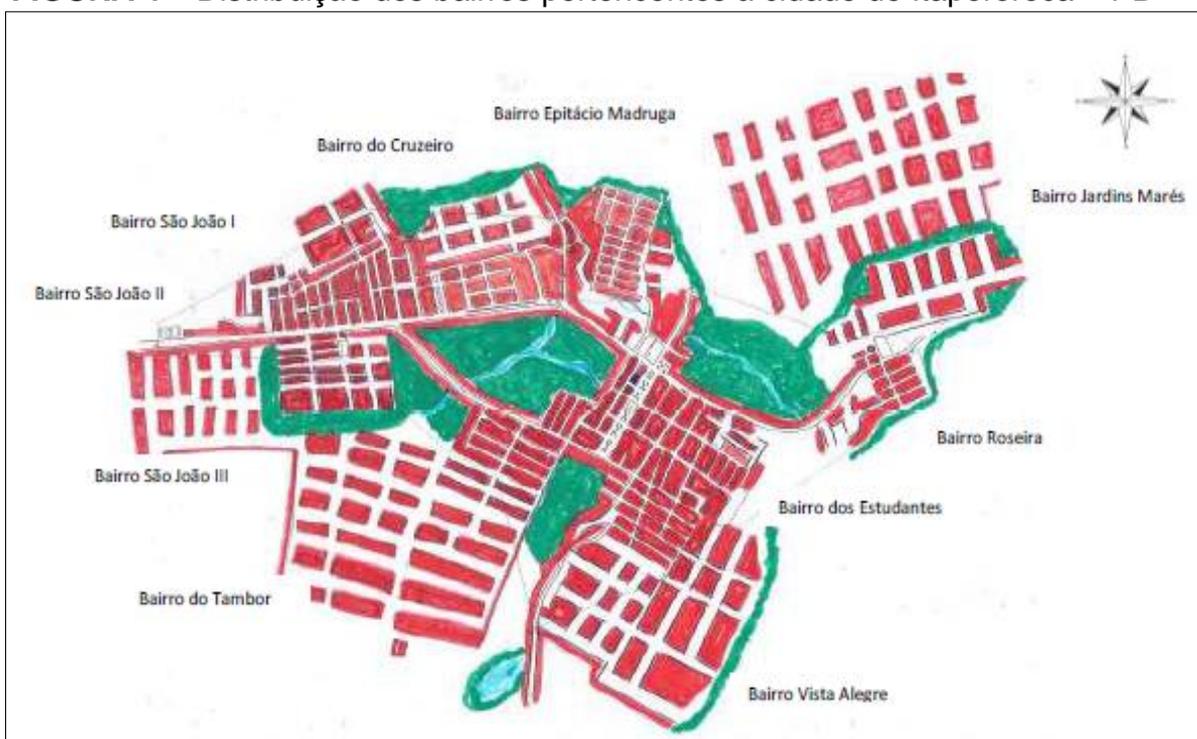
Fonte: Pesquisa de campo, 2016

Analisando o Gráfico 03, observa-se que 59% dos alunos participantes da pesquisa residem atualmente na zona urbana do município de Itapororoca, em contrapartida 41% moram na zona rural. Este resultado se assemelha com os dados da população geral do município, que em sua grande maioria também são da zona urbana com 10.856 habitantes e enquanto 6.141 habitantes são da zona rural (IBGE, 2010)

Neste caso, nota-se que a tendência é ter mais alunos da cidade na escola pela facilidade em se locomover até o local. No entanto a Prefeitura Municipal de Itapororoca (PMI) disponibiliza vários transportes públicos para trazer os estudantes dos sítios até a cidade. Então a falta de condução não seria uma desculpa para as crianças, adolescentes e jovens deixarem de estudar.

Desta forma, a escola recebe alunos de diversas imediações do município. Na pesquisa participaram discentes oriundos da zona urbana dos seguintes bairros: Centro, Epitácio Madrugá, Vista Alegre, Cruzeiro, Tambor, Roseira, São João II, entre outros.

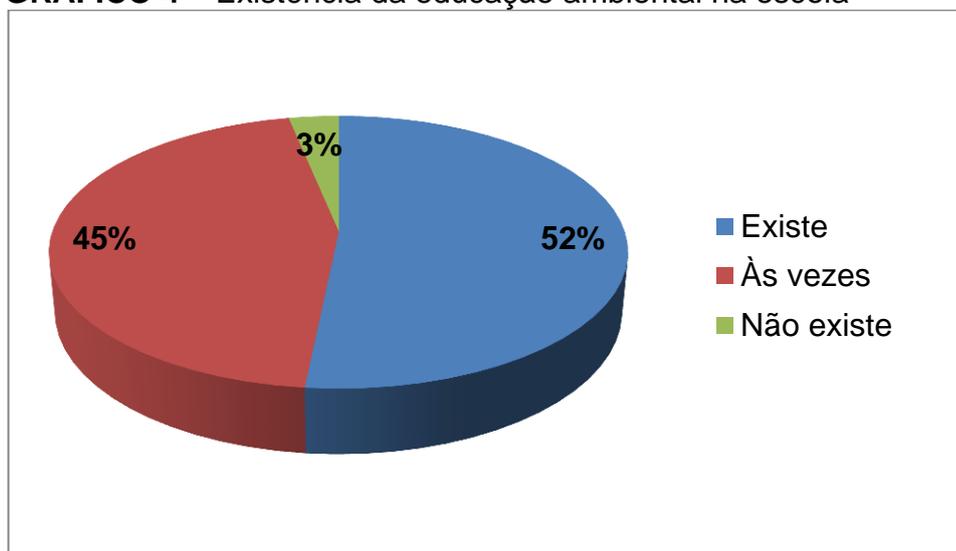
E também foram entrevistados aqueles provenientes da zona rural, dos sítios denominados: Coatigereba, Paulo Teixeira, Curral Grande, Palmeiras, Cipoal, Ipioca de Baixo, Ipioca de Cima, Concriz, Formigueiro, Cordeiro, Várzea das Cobras, Açude e Genipapo.

FIGURA 4 – Distribuição dos bairros pertencentes à cidade de Itapororoca – PB

Fonte: SILVA, 2012

5.2 AVALIAÇÃO DA VISÃO DOS ALUNOS SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Dando prosseguimento aos resultados obtidos na pesquisa de campo, serão apresentados a seguir a visão dos alunos com sobre a educação ambiental presente na Escola Estadual de Ensino Fundamental Isaura Fernandes de Souza, localizada no município de Itapororoca/PB.

GRÁFICO 4 – Existência da educação ambiental na escola

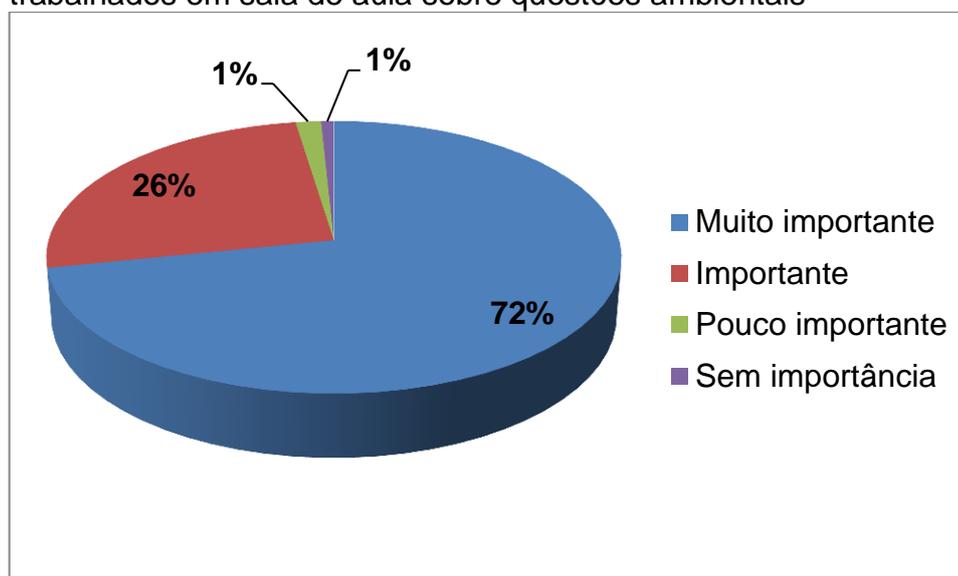
Fonte: Pesquisa de campo, 2016

Os dados do gráfico 04 revelam que 52% dos alunos concordam que existe educação ambiental na escola, 45% dos alunos responderam que às vezes existe educação ambiental, e apenas 3% dos discentes afirmaram que não existe educação na escola.

Neste caso, os dados revelam que a escola desenvolve a educação ambiental. Apesar de que Sauvé (2005, p.319) enfatiza que “em vista de sua amplitude e por exigir mudanças em profundidade, o projeto educativo da educa o ambiental   certamente de difícil realiza o”.

Andrade (2000) afirma que existem alguns fatores que podem servir como obstáculos na implementa o da Educa o ambiental na escola, tais como: o tamanho da escola, a quantidade de alunos e de professores, a predisposi o desses docentes em passar por um processo de treinamento, o interesse da diretoria de realizar algum projeto ambiental que modifique a rotina na escola, e etc..

GRÁFICO 5 – O nível de importância atribuída aos conteúdos trabalhados em sala de aula sobre questões ambientais



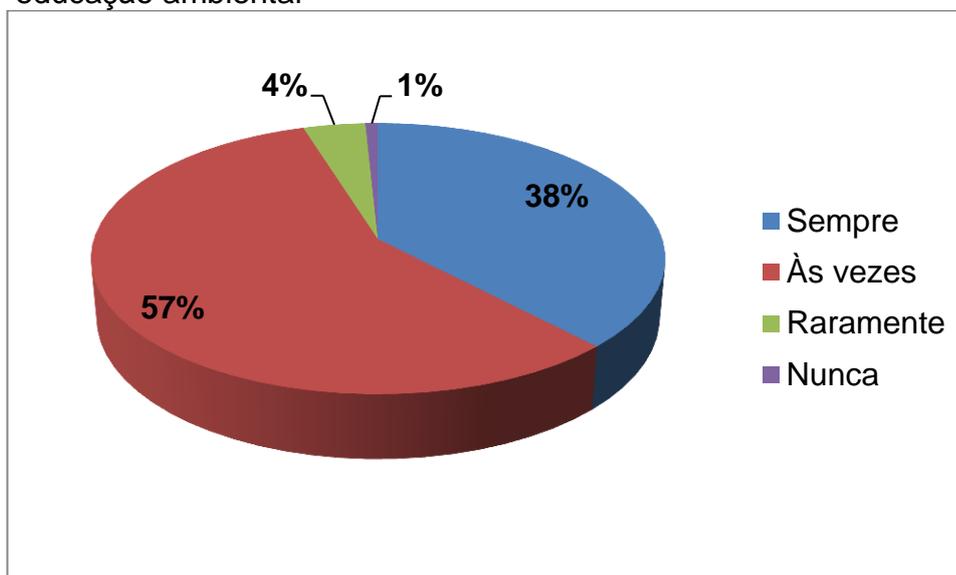
Fonte: Pesquisa de campo, 2016

Sobre os dados do Gráfico 05, que diz respeito   classifica o que os alunos atribuem aos conteúdos trabalhados em sala de aula sobre as questões ambientais, 72% da totalidade investigada responderam que consideram muito importante, já 26% julgam importante, 1% declaram que pouco importante e 1% afirmam sem importância.

Desta forma, pode-se perceber que prevalece o número os alunos que reconhecem o quanto é significativo estudar temáticas relacionadas ao meio ambiente, como por exemplo: preservação ambiental, aquecimento global, desperdício de água, reciclagem, desenvolvimento sustentável, efeito estufa, ecossistemas, coleta seletiva do lixo e muitos outros.

Na visão de Roos e Becker (2012) os conteúdos ambientais permeados nas disciplinas do currículo escolar e contextualizados com a realidade da comunidade, ajudará o aluno a perceber a correlação dos fatos e a ter uma visão integral do mundo em que vive.

GRÁFICO 6 – Desenvolvimento de atividades relacionadas a educação ambiental



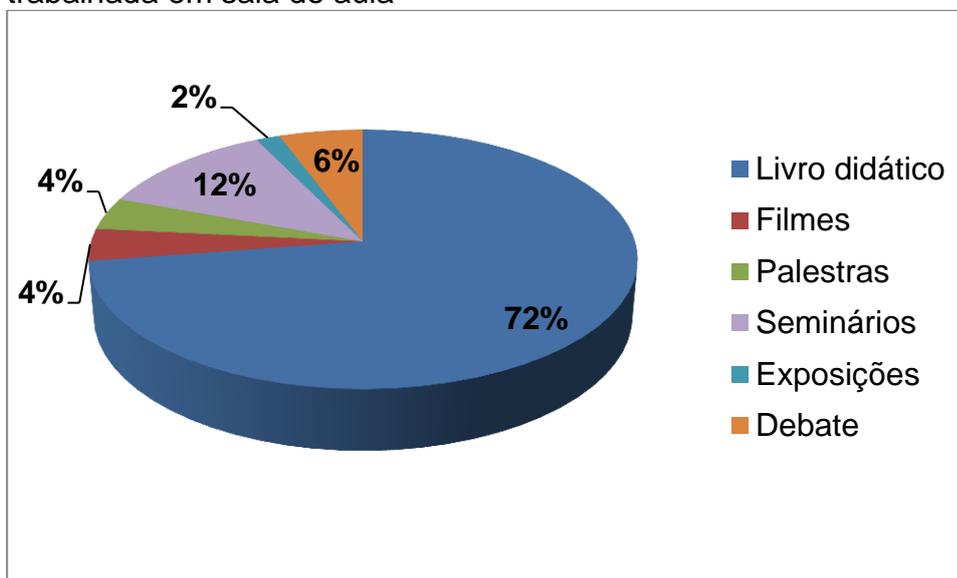
Fonte: Pesquisa de campo, 2016

O Gráfico 06 nos apresenta um resultado onde 57% dos alunos afirmaram que os professores às vezes desenvolvem atividades relacionadas à educação ambiental na sala de aula, em seguida 38% alegaram que sempre são desenvolvidas trabalhos com esta temática, 4% disseram que raramente essa prática acontece em sala de aula e por fim 1% declarou que nunca é desenvolvido atividades com esses fins.

Com base nesses dados nota-se que os professores precisam trabalhar mais um pouco mais a educação ambiental na sala de aula, ou até mesmo fora, através das aulas de campo. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) é desejável a saída dos alunos para passeios e visitas em locais de interesse dos

trabalhos em Educação ambiental. E mesmo que isto não seja possível, é importante promover situações dentro da escola que gere a articulação com os problemas locais.

GRÁFICO 7 – A maneira como a educação ambiental é geralmente trabalhada em sala de aula



Fonte: Pesquisa de campo, 2016

Nos dados do Gráfico 07, percebe-se que conforme a opinião de 72% dos alunos, que a educação ambiental é trabalhada em sala de aula principalmente por meio do livro didático e quadro, em seguida 12% afirmou que são através de seminários, 6% disseram que são por meio de debates, 4% afirmaram que são por meio de palestras, e com o mesmo percentual de 4% os alunos definiram que são através de filmes e apenas 2% assinalaram a alternativa correspondente às exposições.

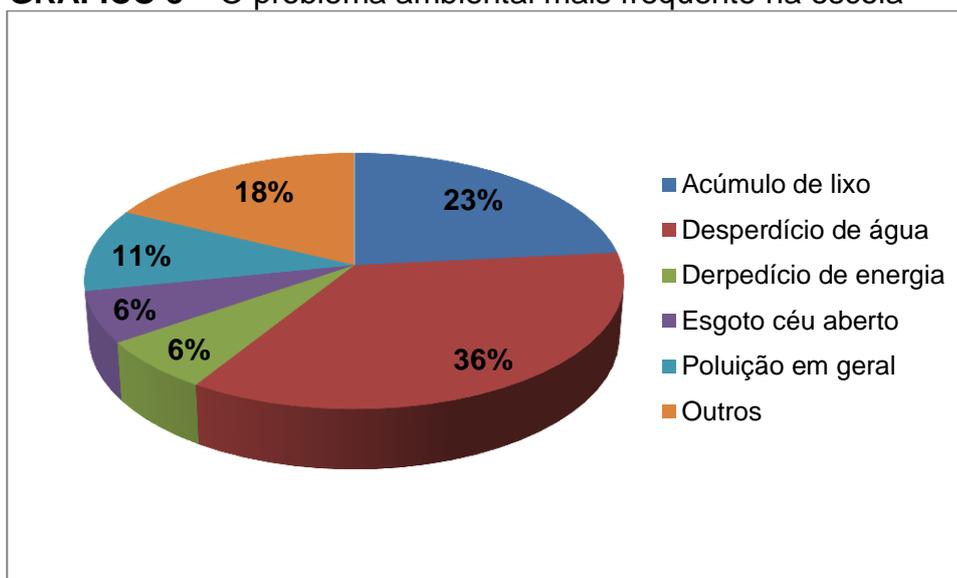
A escola investigada possui alguns recursos tecnológicos (data show, notebook, televisão, etc.) que poderiam ser utilizado para estudar a educação ambiental, mas é perceptível diante da pesquisa que geralmente acontecem aulas tradicionais, no qual os professores e alunos utilizam apenas o livro didático e o quadro branco.

Desta forma as aulas interativas ficam em segundo plano, e assim os alunos acabam tendo pouca oportunidade de vivenciar outras maneiras de se estudar a EA, como por exemplo, assistir um documentário ou um filme que retrate a temática,

participar de debates, exposições, palestras e seminários que desperte a necessidade de praticar a educação ambiental, entre outros métodos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) ressalta que entre todos os recursos existentes na escola, o livro didático é um dos materiais de mais forte influência na prática de ensino no Brasil. Porém este não deve ser o único material a ser utilizado durante as aulas, pois a diversidade de fontes de informação é o que trará uma grande contribuição para que o estudante tenha uma visão ampla do conhecimento.

GRÁFICO 8 – O problema ambiental mais frequente na escola



Fonte: Pesquisa de campo, 2016

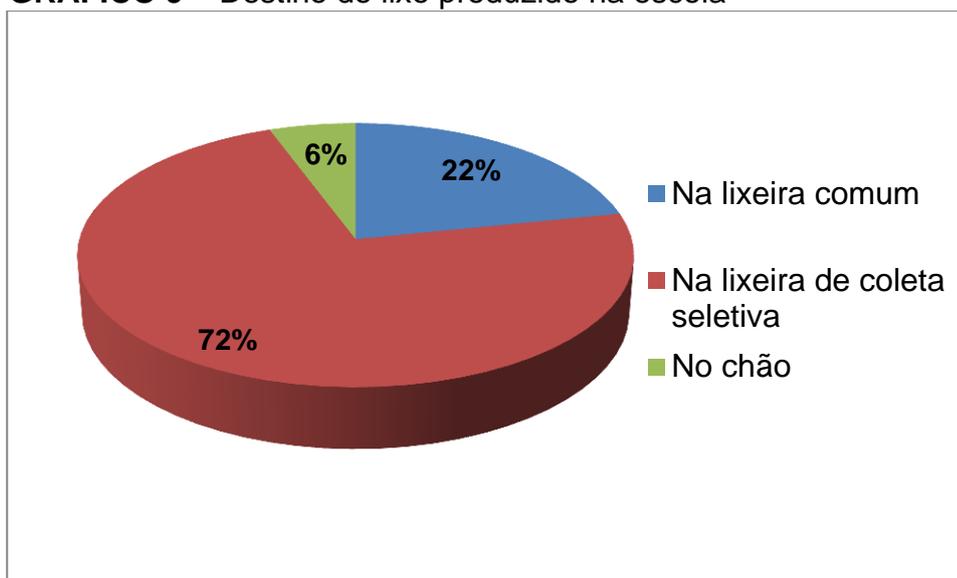
No Gráfico 08 apresentam dados a respeito do problema ambiental mais frequente na escola, segundo a visão dos alunos. A maioria com 36% relataram que o problema mais recorrente na escola é o desperdício de água, enquanto 23% disseram que é o acúmulo de lixo, 18% responderam que existem outros problemas não citados entre as alternativas. Outros 11% declararam afirmaram que é poluição de um modo geral, 6% mencionaram que é o desperdício de energia e por fim 6% dos alunos comentaram que seria o esgoto céu aberto.

Atualmente, quando se fala em meio ambiente, a tendência é pensar nos inúmeros problemas que o mundo apresenta em relação à questão ambiental (BRASIL, 1998). Na escola investigada o problema ambiental mais visível para os alunos é o desperdício de água. Entretanto todos os outros problemas também foram citados por eles. Por isso é importante que os professores, alunos e

funcionários revejam suas atitudes cotidianas, e evitem adotar práticas que sejam prejudiciais ao meio ambiente.

A princípio é necessário realizar pequenas atitudes corriqueiras como, por exemplo, fechar as torneiras, apagar as lâmpadas ou desligar os ventiladores enquanto não está precisando, destinar corretamente o lixo evitando a aglomeração desnecessária, entre outros.

GRÁFICO 9 – Destino do lixo produzido na escola

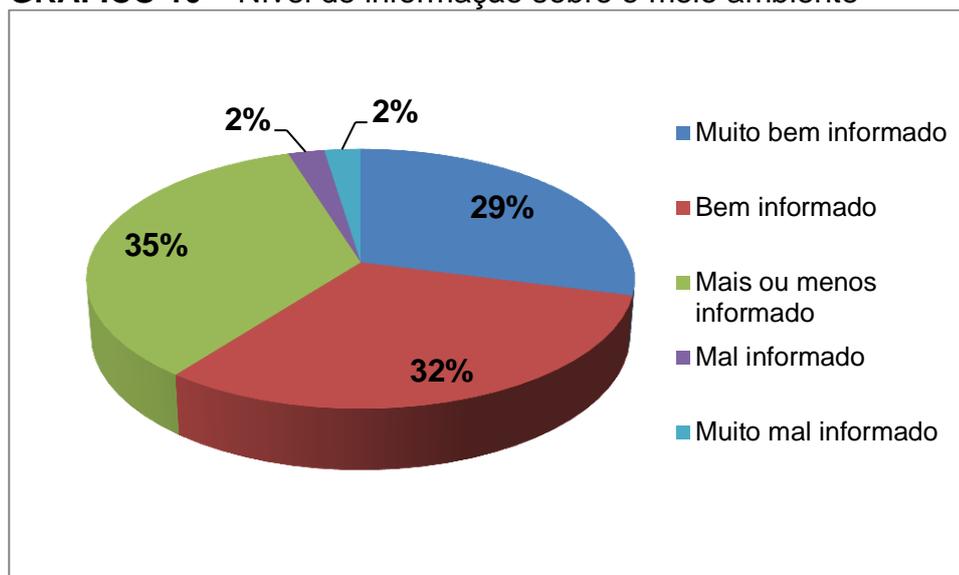


Fonte: Pesquisa de campo, 2016

Observa-se no Gráfico 09, que mais da metade dos alunos, com um percentual de 72%, afirmaram que jogam o seu lixo produzido na escola dentro da lixeira de coleta seletiva. Enquanto 22% alegaram que jogam na lixeira comum mesmo, e por último 6% dos discentes confessaram que o lixo joga no chão.

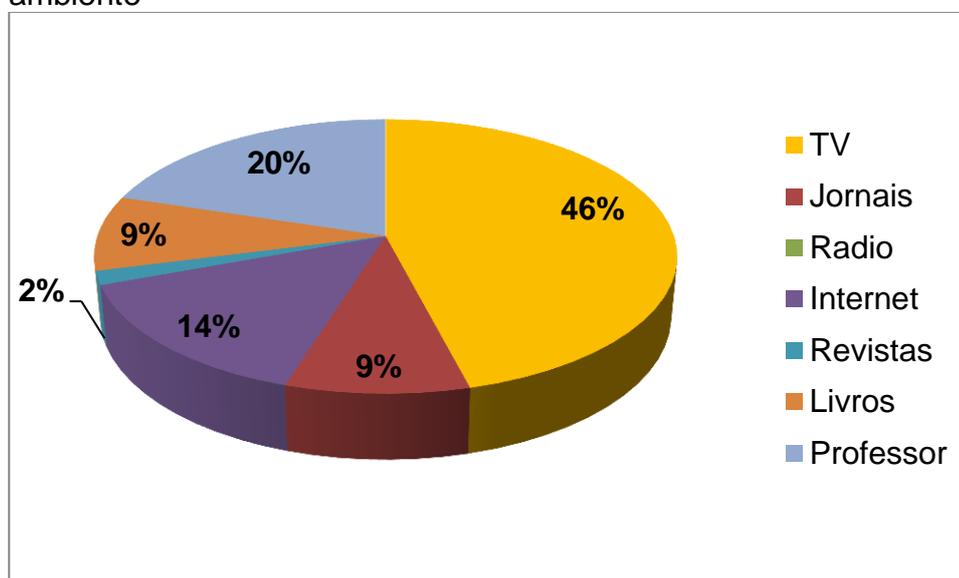
Isso demonstra que grande parte dos alunos sabe que a atitude correta é jogar o lixo nas lixeiras, seja ela a tradicional ou de coleta seletiva, tudo aquilo que é consumido na escola, para que o ambiente não fique sujo com detritos espalhados pelo caminho.

Mas ainda assim existem aqueles que não têm a consciência ambiental e jogam o lixo diretamente no chão, por acreditar que depois a sujeira será recolhida pelos auxiliares de serviços gerais da escola. Este mau hábito representa de certa forma uma falta de educação, pois todas as pessoas sabem que é errado, mesmo assim continuam praticando.

GRÁFICO 10 – Nível de informação sobre o meio ambiente

Fonte: Pesquisa de campo, 2016

Os dados apresentados no Gráfico 10 indicam que 35% dos alunos se consideram mais ou menos informados sobre as questões relacionadas ao meio ambiente, já 32% afirmaram que são bem informados, 29% disseram que são muito bem informados, 2% admitiram que são mal informado, e em equivalência 2% dos alunos reconheceram que são muito mal informados. Esses dados revelam que muitos alunos estão cientes das questões que envolvem o meio ambiente.

GRÁFICO 11 – Recursos utilizados para se informar sobre o meio ambiente

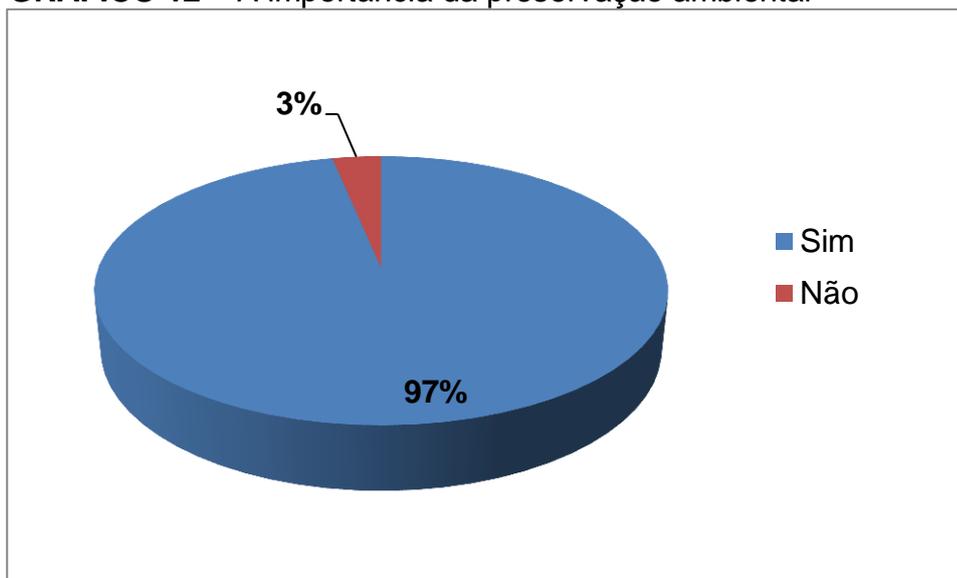
Fonte: Pesquisa de campo, 2016

O Gráfico 11 mostra que a maioria dos alunos costumam se informar sobre o meio ambiente através da televisão, representando 46% dos entrevistados. Os 20% dos estudantes disseram que é por meio das aulas com os professores, 14% expuseram que é através da internet, já 9% é por meio de livros, igualmente 9% dos alunos assistem jornais para estarem antenados, e apenas 2% por meio de revistas. Nota-se que nenhum dos alunos assinalou a alternativa rádio.

Para Ferreira (2009) a discussão sobre meio ambiente é uma tema que está sendo bastante divulgado pelos meios de comunicação nos dias atuais. Com isso existe uma grande facilidade das pessoas ter contato com informações que de alguma maneira toquem na questão ambiental.

No caso da pesquisa, os dados revelaram que a televisão representa uma grande fonte de informações relacionadas ao meio ambiente, sejam através dos jornais, comerciais ou programas. Além desse meio de comunicação, muitos alunos também citaram o professor, que por intermédio de suas aulas transmite muito conhecimento relativo à temática ambiental.

GRÁFICO 12 – A importância da preservação ambiental



Fonte: Pesquisa de campo, 2016

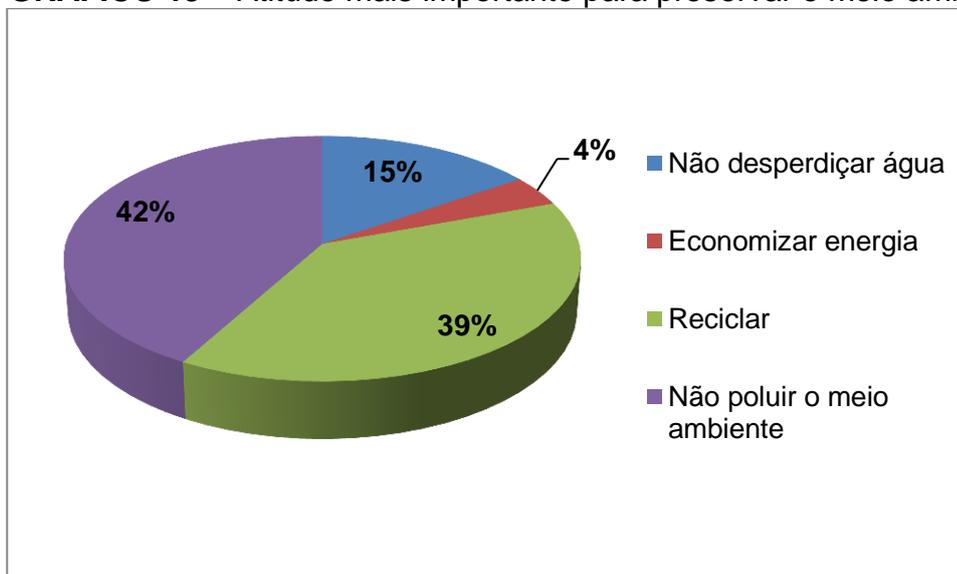
No Gráfico 12 onde menciona se o aluno considera importante a preservação do meio ambiente, constatou-se que quase todos os alunos entrevistados disseram que sim, com um percentual de 97%, enquanto uma pequena parcela dos alunos afirmou que não considera importante.

Sobre a necessidade de preservação do meio ambiente, a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), em seu artigo 225, estabelece que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (Constituição Federativa do Brasil, 1988)

Deste modo, é importante que a sociedade de um modo geral, tenha a consciência que é preciso preservar o meio ambiente, desenvolvendo práticas habituais que contribuam para um ambiente mais agradável.

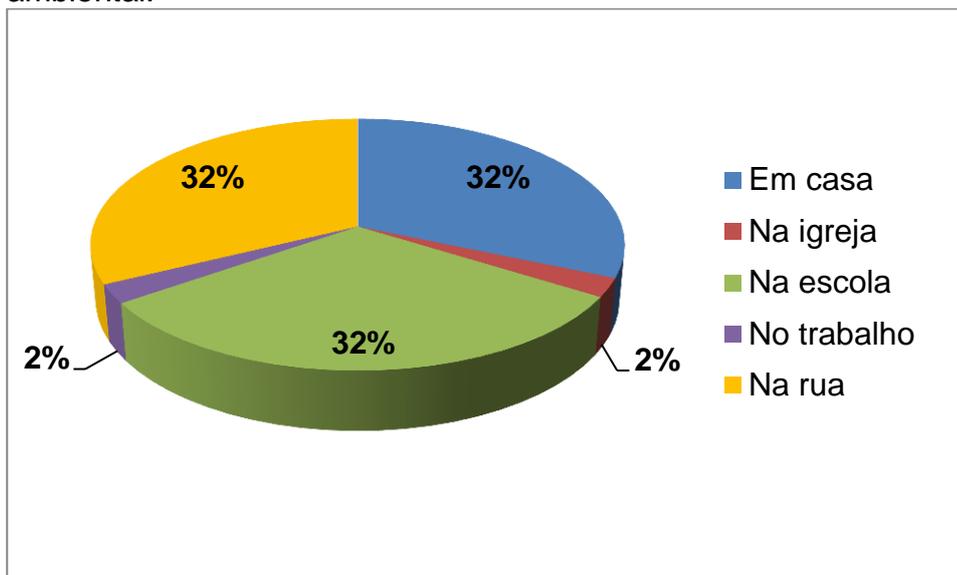
GRÁFICO 13 – Atitude mais importante para preservar o meio ambiente



Fonte: Pesquisa de campo, 2016

O Gráfico 13 focaliza a opinião dos alunos acerca da atitude mais importante para preservar o meio ambiente, onde 42% dos entrevistados afirmaram que a prática mais louvável seria não poluir o meio ambiente, 39% disseram que seria reciclar papel, metal, vidro ou plásticos. Em seguida 15% dos alunos comentaram que seria não desperdiçar água e apenas 4% responderam que seria economizar energia. Estas alternativas mencionadas e muitas outras são práticas muito bem-vindas na preservação do meio ambiente.

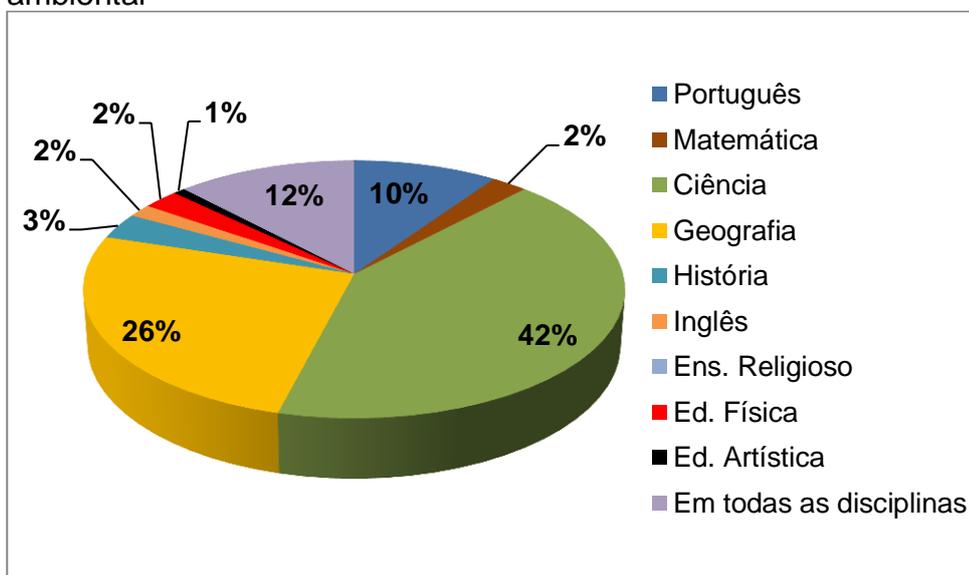
GRÁFICO 14 – O lugar mais indicado para praticar a conscientização ambiental.



Fonte: Pesquisa de campo, 2016

O Gráfico 14 relata sobre o lugar mais indicado para praticar a conscientização ambiental na visão dos alunos. Verifica-se que houve percentuais iguais, no qual 32% dos entrevistados disseram que é na rua, outros 32% afirmaram que é na escola, 32% relataram que é em casa, 2% mencionaram que é na igreja e 2% responderam que é no trabalho. Esses dados mostram que a conscientização ambiental ocorre em todos os lugares elencados, mas na visão dos alunos o ambiente mais propício é na rua, e em segundo lugar em casa ou na escola.

GRÁFICO 15 – A disciplina mais adequada para estudar a educação ambiental



Fonte: Pesquisa de campo, 2016

De acordo com o gráfico 15, a maioria dos alunos considera que a disciplina mais adequada para estudar a educação ambiental é Ciências, representando 42% dos entrevistados. Os 26% disseram que é a disciplina de geografia, 12% responderam que é para ser desenvolvida em todas as disciplinas, 10% afirmaram que é Português, 3% mencionaram que é História, 2% responderam que é matemática, 2% relataram que é Educação Física e 1% afirmaram que é Inglês. Os alunos não assinalaram a alternativa referente à disciplina de Ensino Religioso.

Os dados tiveram respostas bastante diversificadas, quase todas as disciplinas foram citadas como sendo indicada para estudar a educação ambiental. Mas a disciplina de Ciências foi assinalada em maior quantidade pelos alunos entrevistados. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais:

As áreas de Ciências Naturais, História e Geografia são as tradicionais parceiras para o desenvolvimento dos conteúdos [...] relacionados, pela própria natureza dos seus objetos de estudo. Mas as demais áreas ganham importância fundamental, pois, cada uma, dentro da sua especificidade, pode contribuir para que o aluno tenha uma visão mais integrada do ambiente (BRASIL, 1998).

Desta forma, a educação ambiental nas instituições escolares deve ter um caráter interdisciplinar, no qual transcorra entre todas as disciplinas existentes na grade curricular, e, portanto não deve ser implantada como uma disciplina específica como estabelece a Lei de nº 9.795 (PNEA) de 27 de abril de 1999.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse estudo, realizado na E. E. E. F. Isaura Fernandes de Souza, localizada no município de Itapororoca/ PB, foi possível identificar a visão dos alunos do ensino fundamental sobre a educação ambiental, tendo como base alguns questionamentos que permitiu fazer um panorama geral.

A educação ambiental se constitui de uma prática que deve estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (BRASIL, 1999). Deste modo, é considerada uma tarefa difícil de ser implementada, pois envolve um universo bastante diversificado, no qual as pessoas possuem hábitos distintos, no que diz respeito ao meio ambiente.

Então, compete ao poder público determinar políticas públicas que englobem a dimensão ambiental, assim como também as instituições de ensino, os órgãos públicos, os meios de comunicação de massa, as empresas públicas ou privadas e a sociedade como um todo, devem promover a educação ambiental, de modo que propiciem a participação individual e coletiva na solução e prevenção dos problemas ambientais (BRASIL, 1999).

A escola tem a tarefa de contribuir para a formação da identidade dos alunos, para que sejam cidadãos conscientes de suas responsabilidades com o meio ambiente, e capazes de realizar atitudes que venham proteger ou melhorar. Desta forma, torna-se necessário a capacitação permanente do quadro de professores, para que estejam preparados para discutir em sala de aula os conteúdos relacionados à educação ambiental (BRASIL, 1998).

Nesse contexto, pode-se perceber através desta pesquisa que a educação ambiental é desenvolvida no currículo da escola investigada, porém não de maneira efetiva, pois na prática não funciona exatamente como teoria. Os alunos possuem o conhecimento das questões ambientais e da sua importância para a sociedade, mas muitas vezes não coloca em prática tudo aquilo que aprende na escola.

O ensino da Educação ambiental nesta escola não está sendo trabalhado de maneira interdisciplinar como estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) quando define que é importante “o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino” (BRASIL, 1999).

Essa interdisciplinaridade não está acontecendo no ensino dos anos finais do ensino fundamental, pois as questões ambientais estão sendo discutidas isoladamente pelas disciplinas do currículo escolar, quando o ideal seria transcorrer entre todas as disciplinas de maneira integrada.

Analisando os resultados percebeu-se que os professores precisam desenvolver mais atividades relacionadas à educação ambiental. E devem levar em conta a importância de trabalhar a realidade imediata dos alunos e também valorizar e incentivar o interesse pelas questões ambientais do mundo (BRASIL, 1998).

Os dados mostram que nesta escola, a educação ambiental é geralmente trabalhada em sala de aula através do livro didático. Isso demonstra que os alunos carecem de aulas interativas, em que os conteúdos envolvendo à temática sejam transcorridos de uma maneira diferenciada, deixando de lado o método tradicional que muitas vezes é enfadonho.

As questões ambientais têm sido veiculadas pelos diversos meios de comunicação como TV, rádio e internet. E também através dos jornais, revistas, livros e pelo professor na sala de aula. Então, os alunos possuem muitas alternativas para se atualizar, mas apesar disso, não se sentem informados o suficiente a respeito da temática. Geralmente eles costumam obter conhecimentos através das informações disseminadas na televisão, que representa um dos meios mais acessíveis para a população.

Com base nos dados, é possível perceber que na escola existem alguns problemas ambientais como o desperdício de água, que foi a opção eleita pela maioria na pesquisa, o desperdício de energia, o lixo acumulado desnecessariamente, a poluição ambiental, entre outros.

Os professores, alunos e funcionários da escola são os principais causadores desses problemas, mas ao mesmo tempo podem contribuir para que sejam solucionados ou amenizados, através de práticas cotidianas como não desperdiçar água, economizar energia elétrica, reciclar e principalmente não poluir o meio ambiente.

Deste modo é importante que todos tenham a consciência de preservar o meio ambiente, seja em casa, na igreja, na escola, no trabalho, na rua ou qualquer outro lugar. Se cada um fizer a sua parte, praticando a educação ambiental nos diversos espaços educativos iremos ter mundo melhor e garantido para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

AGUDO, M. de M.; TOZONI-REIS, M. F. de C. Educação ambiental nos anos iniciais do ensino fundamental a partir do conto “a maior flor do mundo” de José Saramago. In: TOZONI-REIS, M. F. de C.; MAIA, J. S. da S. **Educação ambiental a várias mãos: educação escolar, currículo e políticas públicas**. Araraquara – SP: Junqueira&Marin, 2014. p.10-25. [recurso eletrônico]. Disponível em: <<https://www.fc.unesp.br/Home/PosGraduacao/MestradoDoutorado/EducacaoparaaCiencia/download.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

ANDRADE, D. F. **Implementação da Educação Ambiental em escolas: uma reflexão**. Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 4, out./nov./dez. 2000. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/267507234_Implementacao_da_Educacao_Ambiental_em_Escolas_uma_reflexao> Acesso 10 abr. 2016.

ALVES, Carlos Antônio Belarmino. **Educação Ambiental e formação de uma mentalidade ecológica: um estudo sobre a eficácia das ações desenvolvidas no Ensino Fundamental**. 2007. 238f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2007.

BARBIERI, José Carlos; SILVA, Dirceu da. **Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios**. Rev. Adm. Mackenzie (online), São Paulo, vol. 12, n. 3, jun./ 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ram/v12n3/a04v12n3.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Resolução nº 3, de agosto de 2005**. Define normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração. Diário oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 3 ago. 2005a.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 19 abr. 2015.

_____. Lei N°9.795, de 27 abril de 1999. **Dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 abr.1999.

_____. Lei nº 13.005, de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jun. 2014.

_____. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. **Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)**. 3 ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005b.

_____. Secretaria de Educação fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1998.

COELHO, Dinarte Kennedy Pontes. **Degradação Ambiental do Parque da Nascença, Itapororoca – PB**. Guarabira: Universidade Estadual da Paraíba/ UEPB. 2007.

CRUZ, Raquel Cunha; TROIS, Loide Pereira. **Educação ambiental: provocações no cotidiano da educação infantil**. In: Seminário de Pesquisa em educação da região Sul. IX ANPED Sul. Rio Grande do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012. Anais eletrônicos. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Educacao_Ambiental/Trabalho/06_01_46_2894-7473-1-PB.pdf>. Acesso em 15 abr. 2016.

CUNHA, A. M. O. Ensino de Ecologia em espaços não formais. III CLAE e IXCEB, 10 a 17 de Setembro de 2009, São Lourenço, MG.

FERREIRA, Zoraia Nunes Dutra. **Telas “Verdes”: a Temática Ambiental na TV e no Cinema**. VII Encontro Nacional de História da mídia, Fortaleza – CE, 19 a 21 de ago. 2009. Disponível em < <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/Telas%20verdes.pdf>> Acesso 29 abr. 2016

FLORENTINO, Luiz Carlos Jales. **Degradação Ambiental da Mata Atlântica do Parque Municipal da Nascença em Itapororoca – PB**. Monografia apresentada ao curso de especialização em Análise Ambiental da Paraíba, 2004.

FRITSCH, Rosangela; VITELLI, Ricardo; ROCHA, Cleonice Silveira. **Defasagem idade-série em escolas estaduais de ensino médio do Rio Grande do Sul**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos [online]. Brasília, vol. 95, n. 239, p. 218-236, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v95n239/a12v95n239.pdf>> Acesso em 01 maio 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gila-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em 27 mar. 2016.

GÓES, Antônio Carlos Pereira. **A educação ambiental como instrumento para a melhoria da gestão dos resíduos sólidos nas organizações públicas e privadas: contexto, legislação e ações estratégicas**. Macapá: Embrapa Amapá, 2012.

HENRIQUES, Ricardo et al. (Org.). **Educação Ambiental: aprendizes de Sustentabilidade**. Brasília: Ministério da Educação – MEC/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, 2007.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

JACOBI, Pedro Roberto. **Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo**. Educação e Pesquisa (online). vol. 31, nº 2, São Paulo. Maio/Ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a07v31n2.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LEÃO, Ana Lúcia Carneiro ; FALCÃO, Carlos Alberto Campos. **Fazendo educação e vivendo a gestão ambiental**. Recife: CPRH, 2002.

LEÃO, Ana Lúcia Carneiro; SILVA, Lúcia Maria Alves. **Fazendo Educação Ambiental**. 4 ed. Ver. Atual. Recife: CPRM, 1999.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Educar, participar e transformar em educação ambiental**. Revista Brasileira de Educação Ambiental. Brasília: Rede Brasileira de Educação Ambiental, n. 0. nov. 2004. p. 13-20.

MARCATTO, Celso. **Educação ambiental: conceitos e princípios**. Belo Horizonte: FEAM, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas 2003.

MEDEIROS, Heitor Queiroz de; SATO, Michèle. **Educação ambiental na temporalidade do Acre: Um olhar sobre a heterotopia de Chico Mendes**. Revista Brasileira de Educação Ambiental. n. 4. Cuiabá, Rede Brasileira de Educação Ambiental, 2009, p. 13-25.

MELO, Gutemberg de Pádua. **Educação ambiental para professores e outros agentes multiplicadores**. João Pessoa: Superintendência do IBAMA na Paraíba, 2007.

MORALES, Angélica Góis Müller. **Processo de institucionalização da educação ambiental: tendências, correntes e concepções**. Pesquisa em Educação Ambiental, vol. 4, n. 1 – pp. 159-175, 2009.

NASCIMENTO, Maria de Fátima Falcão. **Educação ambiental: trajetória, fundamentos e práxis pedagógica**. Cadernos IAT, ISSN 1982-8500, Salvador, v.3, n.1, p. 104-117, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Carta de Belgrado: uma estrutura global para a educação ambiental**. 1975.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO); PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). **Declaração de Tbilisi**. 1977.

REIGOTA, Marcos. **Educação Ambiental: uma emergência de um campo científico**. Revista Perspectiva, Florianópolis, v. 30, n. 2, p. 499-520, maio/ago. 2012.

REIS, L. C. L. dos; SEMÉDO, L. T. de A. S.; GOMES, R. C. **Conscientização Ambiental: da Educação Formal a Não Formal**. Revista Fluminense de Extensão Universitária. Vassouras, v. 2, n. 1, p. 47-60, jan/jun., 2012. Disponível em: <<http://www.uss.br/pages/revistas/revistafluminense/v2n12012/pdf/005-Ambiental.pdf>>. Acesso em 07 abr. 2016.

ROOS, Alan; BECKER, Elsbeth Leia Spode. **Educação Ambiental e sustentabilidade**. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental-REGET/ UFSM, v. 5, n. 5, p. 857-866, 2012. Disponível em <<http://periodicos.ufsm.br/index.php/reget/article/viewFile/4259/3035>> Acesso em 20 abr. 2016.

SANTOS, M. A. B. **A feira livre do Município de Itapororoca – PB: um perfil, por seus feirantes consumidores**. Artigo Científico (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Estadual da Paraíba, Campus III, Guarabira/ PB, 2011.

SÃO PAULO. Secretaria do meio ambiente. **Conceitos para se fazer educação ambiental**. 3 ed. São Paulo: COEA/ SEMA, 1999.

SAUVÉ, Lucie. **Educação Ambiental: possibilidades e limitações**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322, maio-ago. 2005.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Pesquisa-ação em Educação Ambiental**. Pesquisa em Educação Ambiental, Ribeirão Preto, v.3, n.1, p. 155-169, jun. 2008.

ANEXOS

ANEXO A – PUBLICAÇÃO DA LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999



Diário Oficial

IMPRENSA NACIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

BRASÍLIA - DF

QUARTA-FEIRA, 28 DE ABRIL DE 1999

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999

Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

OPRESIDENTEDAREPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

CAPÍTULO I

DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

I - ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

II - às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;

III - aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

IV - aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação;

V - às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente;

VI - à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.

Art. 4º São princípios básicos da educação ambiental:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;

VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
 VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

CAPÍTULO II DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Seção I

Disposições Gerais

Art. 6º É instituída a Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 7º A Política Nacional de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental.

Art. 8º As atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas:

I - capacitação de recursos humanos;

II - desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações;

III - produção e divulgação de material educativo;

IV - acompanhamento e avaliação.

§ 1º Nas atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental serão respeitados os princípios e objetivos fixados por esta Lei.

§ 2º A capacitação de recursos humanos voltar-se-á para:

I - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino;

II - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos profissionais de todas as áreas;

III - a preparação de profissionais orientados para as atividades de gestão ambiental;

IV - a formação, especialização e atualização de profissionais na área de meio ambiente;

V - o atendimento da demanda dos diversos segmentos da sociedade no que diz respeito à problemática ambiental.

§ 3º As ações de estudos, pesquisas e experimentações voltar-se-ão para:

I - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino;

II - a difusão de conhecimentos, tecnologias e informações sobre a questão ambiental;

III - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à participação dos interessados na formulação e execução de pesquisas relacionadas à problemática ambiental;

IV - a busca de alternativas curriculares e metodológicas de capacitação na área ambiental;

V - o apoio a iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material educativo;

VI - a montagem de uma rede de banco de dados e imagens, para apoio às ações enumeradas nos incisos I a V.

Seção II

Da Educação Ambiental no Ensino Formal

Art. 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

I - educação básica:

- a. educação infantil;
- b. ensino fundamental e

c) ensino médio;

II - educação superior;

III - educação especial;

IV - educação profissional;

V - educação de jovens e adultos.

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§ 1º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

§ 2º Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.

§ 3º Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.

Art. 11. A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 12. A autorização e supervisão do funcionamento de instituições de ensino e de seus cursos, nas redes pública e privada, observarão o cumprimento do disposto nos arts. 10 e 11 desta Lei.

Seção III

Da Educação Ambiental Não-Formal

Art. 13. Entendem-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Parágrafo único. O Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará:

I - a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente;

II - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal;

III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não-governamentais;

IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;

V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação;

VI - a sensibilização ambiental dos agricultores;

VII - o ecoturismo.

CAPÍTULO III

DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 14. A coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental ficará a cargo de um órgão gestor, na forma definida pela regulamentação desta Lei.

Art. 15. São atribuições do órgão gestor:

I - definição de diretrizes para implementação em âmbito nacional;

II - articulação, coordenação e supervisão de planos, programas e projetos na área de educação ambiental, em âmbito nacional;

III - participação na negociação de financiamentos a planos, programas e projetos na área de educação ambiental.

Art. 16. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na esfera de sua competência e nas áreas de sua jurisdição, definirão diretrizes, normas e critérios para a educação ambiental, respeitados os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 17. A eleição de planos e programas, para fins de alocação de recursos públicos vinculados à Política Nacional de Educação Ambiental, deve ser realizada levando-se em conta os seguintes critérios:
I - conformidade com os princípios, objetivos e diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental;
II - prioridade dos órgãos integrantes do Sisnama e do Sistema Nacional de Educação;
III - economicidade, medida pela relação entre a magnitude dos recursos a alocar e o retorno social propiciado pelo plano ou programa proposto.

Parágrafo único. Na eleição a que se refere o caput deste artigo, devem ser contemplados, de forma eqüitativa, os planos, programas e projetos das diferentes regiões do País.

Art. 18. (VETADO)

Art. 19. Os programas de assistência técnica e financeira relativos a meio ambiente e educação, em níveis federal, estadual e municipal, devem alocar recursos às ações de educação ambiental.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias de sua publicação, ouvidos o Conselho Nacional de Meio Ambiente e o Conselho Nacional de Educação.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de abril de 1999; 178ª da Independência e 111ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Renato Souza

José Sarney Filho

ANEXO B – HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNDO

- SÉCULO XIX -

- 1869** Ernst Haeckel, propõe o vocábulo “ecologia” para os estudos das relações entre as espécies e seu ambiente. 1872 Criação do primeiro parque nacional do mundo “Yellowstone”, USA

- SÉCULO XX -

- 1947** Funda-se na Suíça a UICN- União Internacional para a Conservação da Natureza 1952 Acidente de poluição do ar em Londres provoca a morte de 1600 pessoas

- anos 60 -

- 1962** Publicação da “Primavera Silenciosa” por Rachel Carlson
- 1965** É utilizada a expressão “Educação Ambiental” (Environmental Education) na “Conferência de Educação” da Universidade de Keele, Grã-Bretanha
- 1966** Pacto Internacional sobre os Direitos Humanos - Assembléia Geral da ONU
- 1968** Fundação do Clube de Roma 1968 Manifestações de Maio de 68 na França

- anos 70 -

- 1972** Publicação do Relatório “Os Limites do Crescimento” - Clube de Roma
- 1972** Conferência de Estocolmo - Discussão do Desenvolvimento e Ambiente, Conceito de Ecodesenvolvimento. Recomendação 96 Educação e Meio Ambiente 1973 Registro Mundial de Programas em Educação Ambiental - USA
- 1974** Seminário de Educação Ambiental em Jammi, Finlândia - Reconhece a Educação Ambiental como educação integral e permanente
- 1975** Congresso de Belgrado - Carta de Belgrado estabelece as metas e princípios da Educação Ambiental
- 1975** Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA
- 1976** Reunião Subregional de EA para o ensino Secundário Chosica Peru. Questões ambientais na América Latina estão ligadas às necessidades de sobrevivência e aos direitos humanos.
- 1976** Congresso de Educação Ambiental Brasarville, África, reconhece que a pobreza é o maior problema ambiental.
- 1977** Conferência de Tbilisi - Geórgia, estabelece os princípios orientadores da EA e remarca seu caráter interdisciplinar, crítico, ético e transformador.

1979 Encontro Regional de Educação Ambiental para América Latina em San José , Costa Rica.

- anos 80 -

1980 Seminário Regional Europeu sobre EA , para Europa e América do Norte. Assinala a importância do intercâmbio de informações e experiências.

1980 Seminário Regional sobre EA nos Estados Árabes, Manama, Bahrein. UNESCO - PNUMA.

1980 Primeira Conferência Asiática sobre EA Nova Delhi, Índia 1987 Divulgação do Relatório da Comissão Brundtland, Nosso Futuro Comum.

1987 Congresso Internacional da UNESCO - PNUMA sobre Educação e Formação Ambiental - Moscou. Realiza a avaliação dos avanços desde Tbilisi , reafirma os princípios de Educação Ambiental e assinala a importância e necessidade da pesquisa, e da formação em Educação Ambiental .

1988 Declaração de Caracas . ORPAL - PNUMA, Sobre Gestão Ambiental em América Denuncia a necessidade de mudar o modelo de desenvolvimento .

1989 Primeiro Seminário sobre materiais para a Educação Ambiental . ORLEAC - UNESCO - PIEA. Santiago, Chile.

1989 Declaração de HAIA, preparatório da RIO 92, aponta a importância da cooperação internacional nas questões ambientais.

- anos 90 -

1990 Conferência Mundial sobre Ensino para Todos, Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, Jomtien, Tailândia. Destaca o conceito de Analfabetismo Ambiental 1990 ONU Declara o ano

1990 Ano Internacional do Meio Ambiente. 1991 Reuniões preparatórias da Rio 92.

1992 Conferencia sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, UNCED, Rio/92 - Criação da Agenda 21;
Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis;
FORUN das ONG's - compromissos da sociedade civil com a Educação Ambiental e o Meio Ambiente;
Carta Brasileira de Educação Ambiental . Aponta as necessidades de capacitação na área. MEC;

1993 Congresso Sul-americano continuidade Eco/92 - Argentina 1993 Conferência dos Direitos Humanos. Viena.

1994 Conferência Mundial da População. Cairo 1994 I Congresso Ibero Americano de Educação Ambiental. Guadalajara, México.

- 1995** Conferência para o Desenvolvimento Social. Copenhague. Criação de um ambiente econômico-político-social-cultural e jurídico que permita o desenvolvimento social.
- 1995** Conferência Mundial da Mulher / Pequim
- 1995** Conferência Mundial do Clima. Berlim 1996 Conferência Habitat II Istambul.
- 1997** II Congresso Ibero-americano de EA . Junho Guadalajara, México.
- 1997** Conferência sobre EA em Nova Delhi.
- 1997** Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade : Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade, Thessaloniki, Grécia.
- 1999** É lançada a revista Tópicos en Educación Ambiental, uma publicação internacional editada no México, que contém informações sobre as variadas vertentes e áreas da educação ambiental.

- anos 2000 -

- 2002** Em dezembro, a Assembléia Geral das Nações Unidas, durante sua 57ª sessão, estabeleceu a resolução nº 254, declarando 2005 como o início da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, depositando na Unesco a responsabilidade pela implementação da iniciativa.
- 2003** Durante a XIV Reunião do Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe, em novembro no Panamá, é oficializado o PLACEA, o Programa Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental, que teve como principal protagonista a Venezuela, e como foro de discussões, a série dos congressos ibero-americano de educação ambiental.

FONTE: Ministério do Meio Ambiente

ANEXO C – HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

SÉCULO XIX -

- 1808** Criação do Jardim Botânico no Rio de Janeiro
- 1850** Lei 601 de Dom Pedro II proibindo a exploração florestal nas terras descobertas, a lei foi ignorada, continuando o desmatamento para implantação da monocultura de café.
- 1876** André Rebouças sugere a criação de parques nacionais na Ilha de Bananal e em Sete Quedas.
- 1891** Decreto 8.843 cria reserva florestal em Acre, que não foi implantada ainda.
- 1896** Foi criado o primeiro parque estadual em São Paulo. Parque da Cidade.

- SÉCULO XX -

- 1920** O pau brasil é considerado extinto
- 1932** Realiza-se no Museu Nacional a primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza
- 1934** Decreto 23793 transforma em Lei o Anteprojeto de Código Forestal
- 1937** Cria-se o Parque Nacional de Itatiaia
- 1939** Cria-se o Parque Nacional do Iguaçu

- anos 60 -

- 1961** Jânio Quadros, declara o pau brasil como árvore símbolo nacional, e o ipê como a flor símbolo nacional

- anos 70 -

- 1971** Cria-se em Rio Grande do Sul a associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural . AGAPAN
- 1972** A Delegação Brasileira na Conferência de Estocolmo declara que o país está “aberto a poluição, porque o que se precisa é dólares, desenvolvimento e empregos” . Apesar disto, contraditoriamente o Brasil lidera os países do Terceiro Mundo para não aceitar a Teoria do Crescimento Zero proposta pelo Clube de Roma
- 1972** A Universidade Federal de Pernambuco inicia uma campanha de reintrodução do pau brasil considerado extinto em 1920.

- 1973** Cria-se a Secretaria Especial do Meio Ambiente, SEMA, no âmbito do Ministério do Interior, que entre outras atividades, começa a fazer Educação Ambiental
- 1976** A SEMA e a Fundação Educacional do Distrito Federal e a Universidade de Brasília. Realizam o primeiro curso de Extensão para professores do 1º Grau em Ecologia .
- 1977** Implantação do Projeto de Educação Ambiental em Ceilândia. (1977 - 81).
- 1977** SEMA constitui um grupo de trabalho para elaboração de um documento de Educação Ambiental para definir seu papel no contexto brasileiro.
- 1977** Seminários Encontros e debates preparatórios à Conferência de Tbilisi são realizados pela FEEMA-RJ
- 1977** A disciplina Ciências Ambientais passa a ser obrigatória nos cursos de Engenharia.
- 1978** A Secretaria de Educação de Rio Grande do Sul desenvolve o Projeto Natureza (1978 - 85)
- 1978** Criação de cursos voltados para as questões ambientais em varias universidades brasileiras.
- 1978** Nos cursos de Engenharia Sanitária inserem-se as disciplinas de Saneamento Básico e Saneamento Ambiental
- 1979** O MEC e a CETESB/ SP, publicam o documento "Ecologia uma Proposta para o Ensino de 1º e 2º Graus.

- anos 80 -

- 1981** Lei Nr. 6938 do 31 de Agosto, dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (Presidente Figueiredo)
- 1984** Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), apresenta uma resolução estabelecendo diretrizes para a Educação Ambiental, que não é tratada.
- 1986** A SEMA junto com a Universidade Nacional de Brasília, organiza o primeiro Curso de Especialização em Educação Ambiental . (1986 a 1988)
1986
I Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente
- 1986** Seminário Internacional de Desenvolvimento Sustentado e Conservação de Regiões Estuarino – Lacunares (Manguezais) São Paulo

- 1987** O MEC aprova o Parecer 226/87 do conselheiro Arnaldo Niskier, em relação a necessidade de inclusão da Educação Ambiental nos currículos escolares de 1º e 2º Graus
- 1987** Paulo Nogueira Neto representa ao Brasil na Comissão Brundtland
- 1987** II Seminário Universidade e Meio Ambiente, Belém, Pará.
- 1988** A Constituição Brasileira, de 1988, em Art. 225, no Capítulo VI - Do Meio Ambiente, Inciso VI, destaca a necessidade de "promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente". Para cumprimento dos preceitos constitucionais, leis federais, decretos, constituições estaduais, e leis municipais determinam a obrigatoriedade da Educação Ambiental.
- 1988** Fundação Getúlio Vargas traduz e publica o Relatório Brundtland, Nosso Futuro Comum.
- 1988** A Secretaria de Estado do Meio Ambiente de SP e a CETESB , publicam a edição piloto do livro "Educação Ambiental" Guia para professores de 1º e 2º Graus.
- 1989** Criação do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente), pela fusão da SEMA, SUDEPE, SUDEHVEA e IBDF. Nele funciona a Divisão de Educação Ambiental.
- 1989** Programa de Educação Ambiental em Universidade Aberta da Fundação Demócrito Rocha, por meio de encartes nos jornais de Recife e Fortaleza.
- 1989** Primeiro Encontro Nacional sobre Educação Ambiental no Ensino Formal . IBAMA/ UFRPE. Recife
- 1989** Cria-se o Fundo Nacional de Meio Ambiente FNMA no Ministério do Meio Ambiente MMA.
- 1989** III Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente. Cuiabá. MT

- anos 90 -

- 1990** I Curso Latino-Americano de Especialização em Educação Ambiental . PNUMA/IBAMA/CNPq/CAPES/UFMT. CUIABÁ- MT (1990 a 1994)
- 1990** IV Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente, Florianópolis, SC.
- 1991** MEC resolve que todos os currículos nos diversos níveis de ensino deverão contemplar conteúdos de Educação Ambiental (Portaria 678 (14/05/91).
- 1991** Projeto de Informações sobre Educação Ambiental , IBAMA/ MEC;

- 1991** Grupo de Trabalho para Educação Ambiental coordenado pelo MEC, preparatório para a Conferência do Rio 92.
- 1991** Encontro Nacional de Políticas e Metodologias para Educação Ambiental . MEC/ IBAMA/Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República/ UNESCO/ Embaixada do Canadá.
- 1992** Criação dos Núcleos Estaduais de Educação Ambiental do IBAMA, NEA's.
- 1992** Participação das ONG's do Brasil no Fórum de ONG's e na redação do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis. Destaca-se o papel da Educação Ambiental na construção da Cidadania Ambiental.
- 1992** O MEC promove no CIAC do Rio das Pedras em Jacarepagua Rio de Janeiro o Workshop sobre Educação Ambiental cujo resultado encontra-se na Carta Brasileira de Educação Ambiental, destacando a necessidade de capacitação de recursos humanos para EA
- 1993** Uma Proposta Interdisciplinar de Educação Ambiental para Amazônia. IBAMA, Universidades e SEDUC's da região, publicação de um Documento Metodológico e um de caráter temático com 10 temas ambientais da região.(1992 a 1994)
- 1993** Criação dos Centros de Educação Ambiental do MEC, com a finalidade de criar e difundir metodologias em Educação Ambiental;
- 1994** Aprovação do Programa Nacional de Educação Ambiental , PRONEA, com a participação do MMA/IBAMA/MEC/MCT/MINC
- 1994** Publicação da Agenda 21 feita por crianças e jovens em português. UNICEF.
- 1994** 3º Fórum de Educação Ambiental
- 1995** Todos os Projetos Ambientais e/ou de desenvolvimento sustentável devem incluir como componente atividades de Educação Ambiental .
- 1996** Criação da Câmara Técnica de Educação Ambiental do CONAMA
- 1996** Novos Parâmetros Curriculares do MEC, nos quais incluem a Educação Ambiental como tema transversal do currículo.
- 1996** Cursos de Capacitação em Educação Ambiental para os técnicos das SEDUC's e DEMEC's nos Estados, para orientar a implantação dos Parâmetros Curriculares. Convênio UNESCO - MEC
- 1996** Criação da Comissão Interministerial de EA. MMA
- 1997** Criação da Comissão de Educação Ambiental do MMA
- 1997** I Conferência Nacional de Educação Ambiental. Brasília. ICNEA

- 1997** Cursos de Educação Ambiental organizados pelo MEC – Coordenação de Educação Ambiental, para as escolas Técnicas e Segunda etapa de capacitação das SEDUC's e DEMEC's. Convênio UNESCO – MEC
- 1997** IV Fórum de Educação Ambiental e I Encontro da Rede de Educadores Ambientais. Vitória.
- 1997** I Teleconferência Nacional de Educação Ambiental .Brasília, MEC
- 1998** Publicação dos materiais surgidos da ICNEA
- 1999** Criação da Diretoria de Educação Ambiental do MMA Gabinete do Ministro
- 1999** Aprovada a Lei 9.597/99 que institui a Política Nacional de EA
- 1999** Programa Nacional de Educação Ambiental (PNEA)
- 1999** Criação dos Movimento dos Protetores da Vida Carta de Princípios Brasília DF
- 1999** A Coordenação de EA do MEC passa a formar parte da Secretária de Ensino Fundamental – COEA

- anos 2000 -

- 2000** Seminário de Educação Ambiental organizado pela COEA/ MEC Brasília DF
- 2000** Curso Básico de Educação Ambiental a Distância DEA/ MMA UFSC/ LED/ LEA
- 2002** Lançado o Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis (SIBEA)
- 2002** Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências
- 2004** Em setembro é realizada a Consulta Pública do ProNEA, o Programa Nacional de Educação Ambiental, que reuniu contribuições de mais de 800 educadores ambientais do país.
Em novembro foi realizado o V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, após sete anos de intervalo ocorrido entre o IV Fórum, com o lançamento da Revista Brasileira de Educação Ambiental e com a criação da Rede Brasileira de Educomunicação Ambiental - REBECA.
Ainda em novembro, após dois anos de existência enquanto Grupo de Estudos, é oficializado o Grupo de Trabalho em Educação Ambiental da ANPEd, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.
Em dezembro é criado o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental no FBOMS, o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais.

FONTE: Ministério do Meio Ambiente

APÊNDICE

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS ALUNOS

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Nome:	
Endereço (rua, nº):	
Bairro:	Zona: () Urbana () Rural
Idade:	Sexo: () Feminino () Masculino
Série:	Turno:

DADOS SOBRE O OBJETO DE ESTUDO

1) Existe educação ambiental na escola?

- () Existe
 () Às vezes
 () Não existe

2) O que você acha dos conteúdos trabalhados em sala de aula sobre as questões ambientais?

- () Muito importante
 () Importante
 () Pouco importante
 () Sem importância

3) Os seus professores desenvolvem atividades relacionadas a educação ambiental?

- () sempre
 () às vezes
 () raramente
 () nunca

4) A educação ambiental é geralmente trabalhada em sala de aula através de/o:

- () Livro didático e quadro () seminários
 () Filmes () exposições
 () palestras () debate

5) Qual o problema ambiental mais frequente na sua escola:

- () Acúmulo de lixo () Esgoto céu aberto
 () Desperdício de água () Poluição em geral
 () Desperdício de energia () Outros

6) Onde você costuma jogar o seu lixo produzido na escola?

- () No lixeira comum
 () Nas lixeiras de coleta seletiva
 () No chão

7) Você se considera informado (a) sobre o meio ambiente

- Muito bem informado
- Bem informado
- mais ou menos informado
- Mal informado
- Muito mal informado

8) Geralmente você costuma se informar sobre o meio ambiente através de que?

- Televisão
- Jornais
- Radio
- Internet
- Revistas
- Livros
- Professor

9) Você considera importante a preservação do meio ambiente?

- Sim
- Não

10) Qual a atitude você considera mais importante para preservar o meio ambiente?

- Não desperdiçar água
- Economizar energia elétrica
- reciclar: Papel, metal, vidro ou plástico
- Não poluir o meio ambiente

11) Qual é o lugar você acha mais indicado para praticar a conscientização ambiental?

- Em casa
- Na Igreja
- Na escola
- No trabalho
- Na rua

12) Qual disciplina você acha mais adequada para estudar a educação ambiental?

- Português
- Matemática
- Ciências
- Geografia
- História
- Inglês
- Ensino Religioso
- Ed. Física
- Ed. Artística
- Em todas as disciplinas